



UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM SOCIOLOGIA

**NO CAMPO DE LUTA COM A ONG IGUALDADE RS
UMA INTERVENÇÃO REALIZADA NO BANCO DE DADOS E A ANÁLISE
SOCIOLÓGICA DO PERFIL DAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
ATENDIDAS PELA ASSOCIAÇÃO**

RENAN ALVES DA SILVA

PORTO ALEGRE

JULHO, 2015

CIP - Catalogação na Publicação

ALVES DA SILVA, RENAN

NO CAMPO DE LUTA COM A ONG IGUALDADE RS Uma intervenção realizada no banco de dados e a análise sociológica do perfil das travestis e transexuais atendidas pela associação / RENAN ALVES DA SILVA. -- 2015.

75 f.

Orientadora: ANDRÉA FACHE LEAL .

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Organização Não Governamental . 2. Travestis.
3. Transexuais. 4. Perfil . I. FACHE LEAL , ANDRÉA , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Renan Alves da Silva

NO CAMPO DE LUTA COM A ONG IGUALDADE RS:

Uma intervenção realizada no banco de dados e a análise sociológica do perfil das travestis e transexuais atendidas pela associação

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais.

Porto Alegre, 12 de julho de 2015.

Conceito A.

Contato: rnansalvador@gmail.com

BANCA EXAMINADORA

Dra. Andréa Fachel Leal
(Orientadora)

Dr. Guilherme F. W. Radomsky
(Avaliador)

Dra. Letícia Maria Schabbach
(Avaliadora)

Dedico aos meus pais Edílho e Fátima que me ensinaram a ajudar e respeitar a todas as pessoas.

E a todas as travestis e transexuais que estão em posição de luta pelo reconhecimento dos seus direitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a ONG Igualdade RS por ter aberto as suas portas para a realização deste trabalho, especialmente a Marcelly Malta, Maga Sperb e Clô Ribeiro.

A oportunidade de ter compartilhado inúmeros momentos de aprendizagem junto a Dra. Andréa Fachel Leal que sempre com muito rigor conduziu os meus passos para o melhor desempenho deste trabalho.

Com muito afeto aos meus amigos Sra. Anne Tavares e ao Sr. Ricardo Souza pelo empenho e dedicação nas tardes dos finais de semana, em que debatíamos as diretrizes e correções ortográficas deste trabalho. E a Sra. Claudiane Marques pelo apoio dispensado nas tardes de trabalho ao longo destes anos.

Estendo os meus agradecimentos ao meu irmão James Lúcio que sempre esteve disposto a me apoiar em qualquer situação.

Gostaria de agradecer a Sra. Ilda Ximenes, a qual me estimulou a tomar importantes decisões na vida. E em espírito tem agraciado a mim, através das energias emanadas pelos bem feitos espirituais.

Por fim, não há palavras para descrever a gratidão aos meus pas Edílio e Fátima, que com muito esforço me ajudaram a ingressar e finalizar a minha primeira graduação. Sendo eu o primeiro membro da família a concluir uma faculdade em uma Universidade Federal. Obrigado, pelo amor e empenho!

RESUMO

No campo de luta pelos direitos dos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênicos (LGBTTT), há uma clara reivindicação que se opõe a um modelo de masculinidade hegemônica, que envolve a imposição da heteronormatividade como um valor. Neste modelo e diante deste valor, as travestis e transexuais representam as identidades de gênero que mais sofreram por representar um ultraje a este contexto. Observando estas dificuldades mais amplas, aproximamo-nos da ONG, onde nos foi possível observar o modo com que organizam suas atividades cotidianas. Percebeu-se que a ausência de um sistema de informatização dos dados era uma dificuldade para o monitoramento, a avaliação e a divulgação de tais ações. Então, o objetivo principal deste Trabalho de Conclusão de Curso foi acordado com a própria ONG Igualdade RS, enquanto a sistematização na forma de um banco de dados digital (Google Forms) das informações existentes que estavam em formato analógico (papel). Uma vez feita tal sistematização, seria possível traçar o perfil das travestis e transexuais atendidas pela associação no período de 2013 a 2014, que poderia então ser discutido sociologicamente. Os procedimentos metodológicos utilizados envolveram a escolha da plataforma (Google Forms), a coleta, a organização, a digitação, e a recodificação, resultando em um banco de dados com interface amigável disponibilizado para a própria ONG. Para traçar e analisar o perfil dos sujeitos atendidos pela ONG, os dados foram exportados para SPSS versão 17, onde foram analisados estatisticamente de forma descritiva. As informações constantes nas fichas de atendimento diziam respeito à idade, local de residência, cor da pele autodeclarada, ocupação principal e escolaridade. A idade foi analisada como variável quantitativa e depois recategorizada em faixas etárias; o local de residência foi recategorizada em acordo com as micros e mesorregiões do Rio Grande do Sul; a cor da pele foi recategorizada em “brancas” e “não brancas; a ocupação foi recategorizada de acordo com as categorias do Código Brasileiro de Ocupações (CBO, Ministério do Trabalho); a escolaridade foi recategorizada em “baixa” (até Ensino Fundamental) e “média-alta” (Ensino Médio ou Ensino Superior). Contudo, foi possível identificar a abrangência da atuação da ONG no estado do Rio Grande do Sul e propor a mesma novas ferramentas para a atuação de sua militância.

Palavras-Chaves: Organização Não Governamental (ONG), Travestis, Transexuais

RESUMEN

En el campo de la lucha por los derechos de lesbianas, gays, bisexuales, transgénero e Transgénicos (LGBTTT), hay una clara demanda de que se opona a un modelo de masculinidad hegemónica, que consiste en la imposición de la heteronormatividad como un valor. En este modelo, y en este valor, travestis y transexuales representan las identidades de género sufrieron más, ya que representa un insulto a este contexto. La observación de estos problemas más amplios, nos acercamos a la ONG, donde pudimos observar la forma en que organizan sus actividades diarias. Se consideró que la ausencia de un sistema de informatización de los datos fue una dificultad para el seguimiento, evaluación y difusión de este tipo de acciones. Así que el objetivo principal de este trabajo de finalización del curso estuvo de acuerdo con la propia ONG Igualdad RS, mientras que la sistematización en la forma de una base de datos digital (Google Forms) de la información existente que se encontraban en formato analógico (papel). Una vez realizada dicha sistematización sería posible trazar el perfil de travestis y transexuales atendidos por la asociación en el período 2013-2014, que podría ser discutido sociológicamente. Los procedimientos metodológicos utilizados incluyeron la elección de la plataforma (Google Forms), recopilar, organizar, escribir y re-codificación, lo que resulta en una base de datos con una interfaz fácil de usar a disposición de la propia ONG. Para mapear y analizar el perfil de los sujetos atendidos por organizaciones no gubernamentales, los datos fueron exportados a SPSS versión 17, que fueron analizados estadísticamente de forma descriptiva. La información contenida en las cartas de los pacientes estaban relacionados con la edad, lugar de residencia, color de la piel auto-reporte, ocupación principal y la educación. Edad se analizó como variable cuantitativa y luego recategorizada en grupos de edad; lugar de residencia fue recategorizada de acuerdo con el micro y meso de Río Grande do Sul; color de la piel era recategorizada en "blanco" y "no blancos"; la ocupación fue recategorizada según las categorías del Código Brasileño de Ocupaciones (CBO, Ministerio de Trabajo); escolarización era recategorizada en "bajo" (hasta la escuela primaria) y "medio-alto" (Medio o Educación Superior). Sin embargo, fue posible identificar el alcance del trabajo de las ONG en Río Grande do Sul y proponer las mismas nuevas herramientas

Palabras claves: Organización : Organización No Gubernamental (ONG) , Travestis , Transexuales

LISTA DE SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (<i>Internation Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems</i>)
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i>)
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção de AIDS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
ONG	Organização Não Governamental
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil etário entre as atendidas brancas e não branca.....	47
Gráfico 2 – Perfil etário entre as atendidas brancas e não brancas.....	50
Gráfico 3 – Perfil de categorias de ocupações entre as atendidas brancas e não brancas.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Recodificação das categorias êmicas de cor/raça no google forms.....	36
Quadro 2 – Categorias êmicas de escolaridade e as categorias reagrupadas no Google Forms.	37
Quadro 3 – Categorias êmicas de ocupações e os agrupamentos realizados.....	38
Quadro 4 – Quadro de recodificação da variável cor/raça	40
Quadro 5 – Quadro de recodificação da variável escolaridade	40
Quadro 6 – Recodificação das categorias êmicas de ocupação para o modelo de CBO.....	41
Quadro 7 – Recodificação das cidades de residência autodeclaradas em relação às microrregiões e mesorregiões do IBGE	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Agrupamento de Perfil Etário das atendidas pela ONG.....	46
Tabela 2 – Perfil de cor e raça das atendidas pela ONG	48
Tabela 3 – Perfil da escolaridade das atendidas pela ONG Igualdade RS	49
Tabela 4 – Perfil de categorias de ocupações das atendidas	51
Tabela 5 – Perfil de microrregião e mesorregião de residência das atendidas	55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ARTICULANDO CONCEITOS.....	16
2.1 O MODELO DE MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E AS RELAÇÕES DE DESIGUALDADES.....	16
2.2 AS TRAVESTIS E AS TRANSEXUAIS E SUAS DIFERENÇAS	19
2.3 BREVE PANORAMA DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTTTT	25
2.3.1 A história da ONG Igualdade RS	28
3. OBJETIVO	31
3.1 DA CONCEPÇÃO DA IDEIA À NEGOCIAÇÃO COM A ONG IGUALDADE RS	31
4. PERCURSO METODOLÓGICO	33
4.1 A COLETA DOS FORMULÁRIOS E A TRANSCRIÇÃO DOS DADOS.....	33
4.2 A ESCOLHA DO GOOGLE FORMS PARA A ELABORAÇÃO DO BANCO DE DADOS.....	34
4.3 A ELABORAÇÃO DO FORMULÁRIO E DO BANCO DE DADOS NO GOOGLE FORMS	35
4.4 OS PROCEDIMENTOS PARA TRAÇAR O PERFIL DAS ATENDIDAS PELA ONG.....	39
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
5.1. OS IMPACTOS DA REFORMULAÇÃO DO FORMULÁRIO E BANCO DE DADOS	45
5.2. A ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE O PERFIL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS ATENDIDAS PELA ONG	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	66

1. INTRODUÇÃO

No último ano, estive integrado às organizações que lutam pelos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros¹ (LGBTTT), fui membro cidadão do conselho de organização da 18ª Parada Livre e da 8ª Marcha Lésbica de Porto Alegre do ano de 2014, e um dos curadores da exposição fotográfica *A Parada Exposta: 18 anos expressando liberdades*. Esta oportunidade permitiu que eu viesse a conhecer a Organização Não Governamental (ONG) Igualdade RS – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul – e deste encontro, observando as dificuldades que a associação enfrentava, surgiu a ideia que originou o objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O objetivo deste TCC foi construir um banco de dados da ONG Igualdade RS, transformando as informações disponíveis e organizadas em formato analógico (papel) para o formato digital (Google Forms²), além de analisar o perfil de travestis e transexuais atendidas pela ONG a partir deste banco no período de 2013 e 2014. Este objetivo respeita o princípio da contrapartida, ou seja, da mesma maneira que utilizo as informações extraídas da associação, também apresento para esta alguma solução benéfica para sua comunidade.

Considerando que desfrutei da possibilidade de estar em contato com as ONGs que um dia organizaram a Parada Livre e a Marcha Lésbica, observei entre os atores sociais das diferentes categorias de identidades de gênero³ e orientações sexuais⁴ o seguinte fenômeno: embora estas categorias sejam consideradas como desviantes em relação ao modelo de masculinidade hegemônica⁵ (que no Brasil pode ser referido como modelo heteronormativo⁶), ainda assim, algumas destas são direcionadas para mais próximo do eixo hegemônico e outras, para mais longe. Analisando este cenário, identifiquei que as travestis e transexuais foram as mais vitimizadas por ultrajar este modelo, uma vez que as suas demandas na agenda de luta do movimento eram equivalentes aos direitos mais básicos, como ao emprego formal, a frequentar

¹ O termo transgêneros pode ser equiparado às categorias de *drag queens* e transformistas (JAYME, 2010).

² A explicação sobre o banco de dados do Google Forms está disponível no subcapítulo 3.4 na página 34.

³ O conceito de identidade de gênero está disponível no subcapítulo 2.1 na página 17.

⁴ O conceito de orientação sexual está disponível no subcapítulo 2.1 na página 18.

⁵ O conceito de modelo de masculinidade hegemônica está disponível no subcapítulo 2.1 na página 16.

⁶ O conceito de heteronormativo está disponível no subcapítulo 2.1 na página 18.

a escola, ao acesso à saúde, a vestir-se como desejado, enquanto que para as outras identidades de gênero e orientações sexuais estes direitos em geral já lhe são assegurados.

Sobre este fenômeno surgiram algumas hipóteses, como: elas teriam menos acesso à informação, ao ensino formal, aos programas de saúde, viveriam em grandes centros urbanos, trabalhariam em subempregos ou ocupações de baixa escolaridade, e ainda, as “não brancas” estariam em condições mais desiguais que as “brancas”. Conjugando estas hipóteses, optei por examiná-las junto ao perfil de travestis e transexuais atendidas pela ONG Igualdade RS.

Em prol da problematização destas premissas, no capítulo “Articulando conceitos” serão abordados: o modelo de masculinidade hegemônica analisando de que forma esse foi construído e quais foram os impactados gerados na vida das travestis e transexuais; os conceitos de travestis e transexuais demonstrando as suas similaridades e diferenças que as constituem enquanto categorias de gênero independentes; a história do Movimento LGBTTT observando de que forma estas identidades de gênero se comportaram em relação à constituição do movimento e, para finalizar, incluo a história da ONG Igualdade RS que faz parte da história do mesmo movimento aqui no Rio Grande do Sul.

No capítulo “Procedimentos Metodológicos” serão descritos os procedimentos aplicados para que os dados da instituição fossem transformados do formato de papel para o digital no Google Forms, como: a coleta, organização, transcrição, agrupamentos êmicos e éticos⁷, escolha da plataforma e elaboração do banco de dados. Assim como, a metodologia utilizada para traçar o perfil das atendidas pela associação no período referido. Em consequência das modificações realizadas foram possíveis a criação de um novo formulário e de um banco de dados que permitirá à instituição acessar de forma rápida e prática as informações sobre suas atendidas. Além disso, foi possível traçar o perfil das travestis e transexuais usuárias dos serviços da associação e desenvolver uma análise descritiva sobre.

O perfil das atendidas permitiu conhecer as seguintes informações: idade média (e mediana, mínima e máxima), cor da pele e raça autodeclaradas, nível de escolaridade, tipos de ocupações profissionais, micros e mesorregiões de residência. Além de permitir traçar um

⁷ Os termos Êmico e Ético podem ser definidos pelas seguintes definições “Êmico é constituído por sistemas lógicos-empíricos considerados como apropriados pelos membros dos grupos culturais [...] ético é constituído pelas ferramentas que são utilizadas para a obtenção de dados do campo (ROSA, CLARK; 2012).

quadro comparativo entre as “brancas” e “não brancas” demonstrando se há diferenças e desigualdades existentes entre elas.

Por fim, este TCC visa contribuir para que as travestis e transexuais organizadas em um movimento social e político possam utilizar as informações aqui traçadas, como ferramentas para enfrentar as desigualdades e mazelas ocasionadas por serem vitimizadas pelos preconceitos e estigmas criados pelo modelo heteronormativo, que orienta a estas identidades de gênero a estarem em condições mais subalternas que as demais. Assim, desejo contribuir para que a ONG Igualdade RS possa usufruir das informações que esta ação ajudou a reunir, na expectativa de que possam vir a contribuir na promoção de uma melhor qualidade nos trabalhos e projetos desempenhados junto às suas atendidas.

2. ARTICULANDO CONCEITOS

2.1 O modelo de masculinidade hegemônica e as relações de desigualdades

Para abordar o modelo de masculinidade hegemônica e as relações de desigualdade oriundas deste, preciso esclarecer que sexo e gênero não são sinônimos. A autora Pelúcio (2009) esclarece que sexo é determinado por características anatômicas pertencentes ao indivíduo, enquanto que gênero é uma construção social que define o que significa ser de um sexo ou de outro na sociedade. Observo que as categorias tanto de sexo quanto de gênero são duas, o macho e a fêmea, o masculino e o feminino, respectivamente, e as características que definem o que virá a ser de um gênero ou de outro são variáveis de acordo com a cultura e época de cada sociedade.

O modelo de masculinidade hegemônica ao longo dos séculos nas sociedades foi variado. Por exemplo, na obra de Foucault (1998) “A história das sexualidades II: o uso dos prazeres”, o mesmo descreve que na Grécia Antiga houve um modelo de masculinidade hegemônica totalmente diferente do modelo da atualidade em nossa sociedade. O autor nos relata que a prática homossexual fazia parte do sistema cultural de iniciação dos homens na juventude, eles praticavam sexo junto aos seus mestres como forma de iniciação e aprendizagem. Este era um direito garantido por lei e aceito socialmente. Friso que na sociedade Grega as mulheres e os escravos não eram considerados cidadãos, desta forma não possuíam os mesmos direitos dos homens livres. Foucault nos relata que até o século IV d.C. não havia instituições que reprimissem esta prática, porém com a criação da Igreja Católica, com forte atuação de Santo Agostinho, iniciou-se o processo de repressão a este modelo no período.

Observando as variações dos modelos de masculinidades hegemônicas ao longo da história, Kimmel (1998) procurou traçar um panorama que exemplificasse como se formam estes padrões. Para isto, o autor utilizou o artifício comparativo entre a concepção dos modelos e uma teoria de ordem econômica e social, a teoria da dependência. Esta teoria tem entre seus fundadores os sociólogos Ander Gunder Frank na Alemanha e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no Brasil, e busca explicar as desigualdades percebidas entre os países a

partir da lógica do desenvolvimento pelo subdesenvolvimento. Kimmel, então, analisando os modelos de masculinidades, observou que a mesma lógica que opera entre os países, quanto ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento, pode ser percebida na formação das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos na construção social das categorias de gênero de cada época e local. O autor demonstra que ao longo dos séculos foi criada uma metrópole que é a masculinidade em relação à periferia que é a feminilidade.

As criações do modelo hegemônico e subalterno de masculinidade foram ao longo das construções históricas dos significados de masculinidades sendo construídos a partir das diferenças e distorções da ordem social e econômica de cada lugar e época (KIMMEL, 1998). Ou seja, entendo que ao longo da história dos significados de masculinidades se determinou que há masculinidades mais importantes do que outras em cada sociedade, que foram influenciadas pelos fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais. Sendo que, segundo o autor, estas masculinidades são construídas a partir de dois campos inter-relacionados: o primeiro entre homens e a relação de poder com as mulheres, que está ligada a diferença de gênero; e o segundo entre as relações de poder dos homens com outros homens, que está ligado às desigualdades baseadas em outros determinantes sociais como raça/etnia, sexualidade, idade, entre outros (KIMMEL, 1998).

Sendo a orientação sexual e a identidade de gênero conceitos determinantes para classificar os indivíduos entre as categorias hegemônicas ou subalternas e conceitos importantes para entender o modelo heteronormativo vigente. Busco esclarecer as diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero adotando as definições elaboradas a partir dos Princípios de Yogyakarta – princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero⁸.

Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. [...]

⁸ A “Carta de Princípios de Yogyakarta” foi fruto da conferência organizada por organizações internacionais coordenada pela Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, realizada em 2006 em Yogyakarta, na Indonésia. Estes princípios foram construídos com a representatividade de especialistas em direitos humanos de 29 países e visam definir um conjunto de princípios internacionais em relação à orientação sexual e à identidade de gênero (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, p. 7, 2007).

Compreendemos identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, p. 7, 2007).

Enquanto a orientação sexual vincula-se à atração e/ou desejo emocional afetivo e/ou sexual do indivíduo, que pode ser exemplificado de acordo com as categorias homossexual, bissexual ou heterossexual, a identidade de gênero normalmente está vinculada ao sentimento de pertencimento a determinada expressão de gênero, igual ou diferente daquela esperada para o sexo de nascimento do indivíduo, como homem, mulher, travesti e transexual. Neste tópico se faz importante esclarecer que a orientação sexual ou identidade de gênero não necessariamente correspondem a uma prática sexual dos sujeitos.

Traçando uma aproximação do conceito discutido acima com a realidade brasileira, identifico que as relações de poder estabelecidas entre os homens são uma das variáveis que dão origem ao modelo de masculinidade hegemônica. Modelo este que pode ser equiparado ao imaginário do senso comum que atribui ao homem branco, católico, casado, com posses financeiras e orientação sexual heterossexual o patamar de homem ideal versus uma escala decrescente em que enquadrariam as outras identidades de gênero, como transexuais e travestis em condição subalterna a este padrão.

O modelo de masculinidade hegemônica, de acordo com Pelúcio (2009) corresponde ao modelo heteronormativo, que atribui a masculinidade ao homem e a feminilidade à mulher, assim como condiciona que eles venham a ter uma orientação sexual heterossexual, em que os homens só desempenham uma prática sexual com mulheres e vice e versa. No livro “Abjeção e desejo – uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS⁹”, a autora descreve em sua pesquisa de que forma o modelo heteronormativo tem impactando negativamente no modelo de prevenção à AIDS. Ela identificou que as travestis por serem vítimas desta lógica enfrentam dificuldades para acessar inúmeros serviços públicos de saúde, inclusive os da Atenção Básica. Observo através das conclusões desta pesquisa que as travestis são privadas

⁹ A pesquisa foi realizada no ano de 2004 entre as travestis que eram profissionais do sexo nas cidades de São Carlos e de São Paulo, SP.

do direito constitucional à saúde pelo desrespeito à sua orientação sexual e à sua identidade de gênero.

Entre as identidades de gênero que foram subalternizadas na sociedade brasileira, pude identificar que as travestis e transexuais são aquelas que mais sofrem por ultrajarem o modelo heteronormativo. Visto que no “Relatório sobre violência homofóbica no Brasil – ano de 2012” (BRASIL, 2012) identificou-se que elas são aquelas que estão mais sujeitas as diversas formas de violência por discriminação de gênero, sendo estas vítimas da transfobia. A transfobia pode ser definida como o intuito de gerar a desclassificação dos seres humanos por relações de humilhação e justificação de violência de gênero (TORRES, 2010). Sendo esta uma aversão às identidades de gênero de travestis e transexuais que são expressas através de violência física, verbal ou simbólica.

Identifico que a transfobia é fruto do processo de construção histórica dos significados de masculinidades em nossa sociedade, que elegeu o modelo heteronormativo como o ideal. O processo que originou este modelo determinou que os atores sociais que se portassem de forma a ultrajar o esperado para o gênero respectivo do sexo anatômico fossem subalternizados em diferentes níveis, estando às travestis e transexuais eleitas por esta lógica a estarem no eixo mais subalterno em relação a este modelo. Sendo assim, elas estão a perambular na periferia entre os sinônimos esperados de masculinidades e feminilidades.

2.2 As travestis e as transexuais e suas diferenças

O conceito de travesti é referido de forma semelhante por diversos autores, como Kulick (2003), Benedetti (2005), Pelúcio (2009) e Jayme (2010). Neste trabalho utilizo as definições de Benedetti (2005):

[...] travestis são aquelas que promovem modificações nas formas de seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina. (BENEDETTI, 2005, p.17).

As travestis nasceram pertencentes ao sexo masculino e ao longo de suas vidas motivadas pelo desejo de pertencimento ao gênero feminino promovem modificações em larga escala em seus corpos e na forma com que se vestem. Como descreve o autor, em linhas gerais

as travestis não desejam fazer a cirurgia de redesignação sexual e convivem pacificamente com a sua genitália, inclusive observa-se na bibliografia relatos de práticas sexuais onde elas podem assumir a posição de passiva ou ativa, dependendo da situação.

O processo de transformação corporal e social que as travestis se submetem para adequar seus corpos ao gênero foram objetos de pesquisa dos autores citados anteriormente, incluindo Dra. Andrade (2013), que traz uma abordagem em primeira pessoa sobre este processo. Dentre os resultados das pesquisas realizadas por estes autores, observei que existem regularidades em alguns dos processos de transformação corporal e social que as travestis brasileiras estão submetidas, os quais irei descrever nos próximos parágrafos.

A partir da etnografia feita por Kulick (2003) sobre as travestis de Salvador no ano de 1996¹⁰, este identificou que as travestis buscavam desenvolver em seus corpos formas mais arredondadas com o uso de silicone, para ficarem mais parecidas com as formas das mulheres, cujos corpos se desenvolvem desta maneira. O autor descreve que a aplicação do silicone poderia ser realizada de duas formas: por um médico em um local credenciado ou através dos serviços prestados por uma “bombadeira”, que normalmente é outra travesti que aprendeu a injetar e modelar o silicone industrial artesanalmente.

Ser travesti é um processo de transformação corporal, de atitudes, de nome e muitas vezes de casa (KULICK, 2003). Segundo o autor, é comum encontrar travestis que são expulsas de suas casas no início da adolescência quando iniciam o processo de transformação corporal. Em sua etnografia ele observou que o fenômeno de abandono familiar, ao qual as travestis estão submetidas, orienta para que elas venham a buscar abrigo em algum lugar que as aceitem, que normalmente são casas de cafetinas ou de amigas travestis. O autor frisa que neste período em geral as travestis iniciam o processo de hormonização indicado por travestis mais velhas.

Para identificar as travestis pode-se recorrer aos seguintes critérios: elas se vestem 24 horas por dia com o vestuário feminino e interferem em seus corpos por meio de aplicação de maquiagem, cortes e penteados de cabelos, consumo de hormônio e aplicação de silicone de forma a deixarem seus corpos mais parecidos com a estética corporal que conhecemos do

¹⁰ Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Sueco para Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e pela Fundação Wenner-Gren para a Pesquisa Antropológica.

gênero feminino em nossa sociedade (JAYME 2010). A antropóloga Dra. Juliana Gonzaga Jayme realizou a pesquisa que deu origem à sua tese de doutorado, entre as travestis, transformistas, *drag-queens* e transexuais nas cidades de Belo Horizonte e Lisboa entre os anos de entre 1997 e 1999, e observou que estas características ajudavam a definir as diferenças entre estas categorias. Salientou ainda, que a temporalidade é um dos principais fatores que ajudaria a diferenciar as travestis de outras categorias como as *drag-queens* e as transformistas, que são aquelas que não estão vestidas 24 horas por dia com o vestuário feminino e nem promovem em seus corpos modificações mais invasivas e permanentes.

A autora Jayme descreve que as travestis assumem um nome social, que é o nome feminino que elas escolhem para serem chamadas, diferente do nome de batismo do gênero masculino que foi escolhido por seus pais. Cabe salientar que as travestis desde o ano de 2009, a partir da iniciativa do Ministério da Saúde pela Portaria nº 1820, de 13 de agosto de 2009, têm o direito garantido de serem tratadas pelo nome social nas entidades de saúde submetidas à Administração Federal (BRASIL, 2009). Motivado por esta iniciativa, no ano de 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão determinou que os servidores públicos no âmbito da Administração Pública Federal devam ser tratados de acordo com o nome social que determina sua condição de identidade de gênero, através da Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010 (BRASIL, 2010). Deste então, o nome social tem sido reconhecido junto às entidades públicas em todo o país, dirimindo os infortúnios criados pelo preconceito no tratamento às travestis e transexuais pelo gênero que não condiz com a sua identidade de gênero. A vitória recente no reconhecimento do nome social foi a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTTTT, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que determinou o reconhecimento e a prática do nome social em todos os estabelecimentos de ensino do país, sejam públicos ou privados (BRASIL, 2015. A).

Embora ocorra um esforço por parte de entidades ligadas ao Governo Federal e iniciativas da sociedade civil, percebo que em nosso país a violência pode ser considerada como constituinte da construção social da identidade de gênero das travestis. Dessa maneira, a violência por transfobia pode ser considerada enquanto uma das características que nos ajudam a determinar o conceito de travestis. Este aspecto também é comentado por Andrade (2013) que

identificou em sua tese de doutorado esta forma de violência presente nos ambiente familiar, escolar e no mercado de trabalho para com as travestis.

A construção social desta identidade de gênero, apresentada pelos autores nos parágrafos anteriores, poderiam estar descrevendo em grande parte as características citadas para a construção social da identidade de gênero das transexuais. Então, se as transexuais passam por processos semelhantes, quais seriam as reais diferenças neste processo que as diferenciariam?

A transexualidade é classificada como um transtorno, de acordo o item F 64.0 do sistema de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde¹¹, conhecida como CID que está em sua 10ª versão¹². Neste item são descritas as características dos diagnósticos para que os profissionais de saúde possam fazer o enquadramento da (o) transexual de acordo com as seguintes características: são pessoas que tem o desejo de viver e serem aceitas enquanto pessoas do sexo oposto, sendo que este desejo é acompanhado de um sentimento de mal estar ou de inadaptação de seu sexo anatômico, desejando elas (es) se submeter a uma cirurgia de redesignação sexual ou a um tratamento hormonal com a finalidade de tornar o corpo adequado ao sexo desejado (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015.A). Porém, em sua nova versão CID – 11, com previsão de publicação até o ano de 2017, está previsto que a transexualidade seja retirada da categoria de transtornos e realocada na categoria de disforia¹³ (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015.B). De acordo com esta nova terminologia de caracterização para o diagnóstico da transexualidade acredito que o preconceito e estigma que carrega uma transexual no Brasil poderá diminuir, pois a nova categoria terminológica pressionará as instituições brasileiras médicas e legislativas a observar e tratar a transexualidade de forma diferente, pressionando estas instituições a desenvolverem uma nova metodologia de tratamento para as pessoas transexuais.

¹¹ Em Inglês *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems*.

¹² A definição desta classificação é revisada e publicado periodicamente pela Organização Mundial de Saúde (*Inglês World Health Organization*).

¹³ Disforia de acordo com o Dicionário Médico (2015) é considerado como um mal estar psiquiátrico acompanhado por sentimentos depressivos.

Outra importante instituição da área da saúde a descrever um manual para os diagnósticos de transexualidade é a Associação Americana de Psiquiatria¹⁴ que nos Estados Unidos elabora o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais¹⁵, conhecido como DSM, que serve como referência para os profissionais da área da psiquiatria em seus diagnósticos (ZAMBRANO, 2005). A partir de sua quinta versão, que foi publicada em maio de 2013, a transexualidade foi realocada da categoria de transtorno de gênero para disforia de gênero (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2015). Esta nova terminologia, de acordo com este Manual, expressa uma incongruência marcante entre o sexo de nascimento e a expressão de gênero com o sintoma de sofrimento contínuo.

Ao apresentar as diretrizes que orientam sobre o diagnóstico para o reconhecimento da transexualidade, cito que o conceito de transexual a orientar a definição para este trabalho deva ser o definido por Elisabeth Zambrano (2003) que descreve as transexuais do gênero feminino como aquelas que nasceram com o sexo masculino, porém desejam e necessitam fazer a mudança do sexo de nascimento, fazendo a cirurgia de redesignação sexual. Este conceito surge a partir da pesquisa com abordagem antropológica sobre a transexualidade em contraposição aos discursos das esferas médica e jurídica, sendo elaborado através da pesquisa etnográfica realizada junto às transexuais submetidas ao Programa de Transtorno de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

De acordo Reis (201)¹⁶ embora tenha ocorrido alguns avanços, o conceito de patologização da transexualidade ainda é operante junto às instituições ligadas à saúde que desenvolvem os Manuais de Diagnósticos. A autora descreve que estes manuais fazem parte das diretrizes que dão origem às legislações reguladoras sobre a transexualidade no Brasil. Para exemplificar esta afirmação cito a avaliação realizada pela autora sobre o Seminário: Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)¹⁷, este buscava discutir as definições dos procedimentos para a realização da cirurgia de redesignação sexual e os procedimentos

¹⁴ Em Inglês *American Psychiatric Association*.

¹⁵ Em inglês *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*.

¹⁶ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Pesquisadora na área de transexualidade e gênero.

¹⁷ O seminário: Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), promovido pelo Ministério da Saúde em Brasília no ano de 2012, foi realizado para avaliar a Portaria do Ministério da Saúde nº 457, de 19 de agosto de 2008, que regula os procedimentos necessários para a realização da cirurgia de redesignação sexual e os procedimentos auxiliares.

complementares no ano de 2012, porém foi considerado como não democrático. Pois, a organização do Seminário não ouviu as travestis e transexuais, assim como os pesquisadores, durante a realização do evento. Segundo ela, a lógica de organização do evento reflete a lógica dos Manuais de Diagnóstico, que invisibiliza as vozes das transexuais, reservando-as somente a possibilidade de serem classificadas de acordo com o diagnóstico médico. A Dra. Berenice Bento¹⁸ (2012) que também esteve presente neste evento, relatou o acontecido ao escrever e direcionar um documento intitulado “Carta Aberta ao Ministério da Saúde”, onde explicitou de forma coerente argumentos pela despatologização da transexualidade e o reconhecimento do direito para as pessoas trans da autodeterminação de sua identidade de gênero¹⁹.

A partir da análise dos documentos redigidos por estes profissionais sobre a realização deste evento e a conduta do Ministério da Saúde em relação à transexualidade, posso afirmar que há um movimento entre os pesquisadores pela despatologização da transexualidade no Brasil. E acredito que em algum momento estes posicionamentos teóricos e políticos poderão impactar nas mudanças e reformulações do conceito de transexualidade e o não tratamento da transexualidade como patologia no país. Posso citar o exemplo da autoridade de saúde da França que no ano de 2012, pressionada por intelectuais, ativistas e pesquisadores, resolveu não mais classificar a transexualidade como uma doença. Ou, ainda, na Argentina a Lei nº 26743/2012 garantiu às pessoas transexuais o acesso ao processo transexualizador a partir da autodeterminação, ou seja, não necessariamente as transexuais precisam ser classificadas como doentes de acordo com os Manuais de Diagnóstico para se submeterem a cirurgia de redesignação sexual (ASSOCIACIÓN, TRAVESTIS, TRANSEXUALES, TRANSGÉNEROS DE ARGENTINA, 2015).

Por outro lado, embora os Manuais de Diagnósticos e a atuação do Ministério da Saúde sobre as diretrizes de suas portarias sejam questionados, observo que há esforços da comunidade médica e dos responsáveis pelo Ministério de contribuir para que os direitos das pessoas transexuais, de certa forma, sejam reconhecidos. De acordo com Carrara (2010) há uma

¹⁸ Socióloga, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹⁹ O conceito de autodeterminação segundo Bento (2012) significa que as pessoas transexuais tem o direito de serem reconhecidas em sua identidade de gênero de acordo com a autodeterminação que estas fazem de sua identidade, independente de diagnósticos médicos ou diretrizes patologizantes. Ou seja, independentemente da realização da cirurgia de redesignação sexual, uma transexual tem o direito de ser reconhecida enquanto tal, mesmo que não recorra a este procedimento.

inércia em reconhecer os direitos da comunidade LGBTTTT por parte do Poder Legislativo. Cabe mencionar que a cirurgia de redesignação sexual e os procedimentos complementares só foram permitidos no Brasil a partir da Resolução 1482/1997 do Conselho Federal de Medicina (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1997), já o Governo Federal com a Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013²⁰ do Ministério da Saúde garantiu que os procedimentos da cirurgia de redesignação sexual e as complementares fossem realizados gratuitamente pelo SUS (BRASIL, 2013). Então, analiso enquanto positiva a atuação do Ministério da Saúde e da comunidade médica que buscaram garantir direitos para as pessoas transexuais, pois até o momento foram estas iniciativas que permitiram o acesso aos serviços públicos a esta população que tanto sofre pelo preconceito velado e a transfobia.

Por fim, ao apresentar as principais diferenças entre travestis e transexuais, verifico que a transexualidade é um conceito eminentemente médico, estando ligadas as diretrizes dos Manuais de Diagnósticas de organizações de saúde e, atualmente, sua verificação se dá a partir da avaliação médica determinada pela regulação de Portarias do Poder Executivo. Já o conceito de travestis é determinado pela soma das diversas características da construção social de sua identidade de gênero que estão ligados às práticas de transformação corporal e social.

2.3 Breve panorama da história do Movimento LGBTTTT

Os direitos sociais a que a população LGBTTTT teve acesso através de decisões do Poder Judiciário e de iniciativas do Poder Executivo no Brasil, como: direito a união civil entre pessoas do mesmo sexo, cirurgia de redesignação sexual, retificação do nome civil, reconhecimento do nome social e adoção por famílias homo afetivas, têm origem a partir da pressão estabelecida nestas instituições por parte das demandas do Movimento LGBTTTT (CARRARA, 2010). Ou seja, os direitos sociais que hoje a população citada tem acesso não foram cedidos a esta população por consenso ou iniciativa do Poder Legislativo. Estes direitos foram historicamente construídos e organizados pela população civil que angariou esforços para que suas demandas fossem contempladas e demandou ações por parte do Executivo ou no Judiciário.

²⁰ Atualmente a Resolução do Ministério da Saúde, nº 1955/2010 é a que autoriza este procedimento no país.

Sobre este processo histórico, ainda que se tenha notícia na história das masculinidades sobre o processo de subalternização séculos atrás, àqueles que se apresentavam com uma orientação sexual e/ou identidade de gênero diferente do esperado (KIMMEL,1998). Ou, embora se tenha notícia sobre discussões especulativas, experiências e tratamentos impostos aos enquadrados como desviantes ao modelo hegemônico e de histórias de ativismo pessoal de profissionais ligados à esfera médica, jurídica ou artística (FERREIRA, 2013), optei por descrever neste item do trabalho um panorama da história de transição do Movimento Homossexual para o LGBTTTT a partir do ano de 1969.

Neste mesmo ano ocorreu um fato simbólico e político com repercussão mundial que ficou marcado na história do Movimento nos Estados Unidos, intitulado Batalha de Stonewall, que aconteceu no dia 29 de julho de 1969 na cidade de Nova York. Quando gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros resistiram a uma ação truculenta de desocupação pela polícia de um famoso bar simpatizante à causa (FERREIRA, 2013). Nesta época, por não se ter tantas identidades de gêneros e orientações sexuais reconhecidas, o Movimento era conhecido apenas como Homossexual. A homossexualidade neste período era considerada como uma patologia, estando relacionada desde 1948 na CID (LAURENTINE, 1984), sendo reprimida pelo governo local com o uso de força policial. Fruto deste cenário, um ano depois, foi realizada a primeira Parada Homossexual do mundo na cidade de Nova York para reivindicar os direitos de ser (FERREIRA, 2013).

Não diferente no Brasil, neste ano ocorreu o surgimento de um grupo organizado chamado Somos: Grupo de Afirmação Homossexual na cidade do Rio de Janeiro. Este grupo publicou no bairro carioca de Santa Tereza diversas tiragens do Jornal Lampião da Esquina com a finalidade do reconhecimento dos direitos homossexuais. Este é o marco simbólico do que veio hoje a ser conhecido no Brasil como Movimento LGBTTTT (FERREIRA, 2013). Desde então, inúmeros outros grupos surgiram no país, especialmente na década de 1980.

Durante a década de oitenta, com o advento da epidemia da AIDS o Movimento Homossexual passa a crescer exponencialmente no Brasil, inclusive contando com o apoio do Estado. Naquele momento a homossexualidade foi inclusa nas pautas de discussão e de definição epidemiológica sobre os grupos de risco para a epidemia da AIDS no Brasil e no mundo. Em resposta às demandas que surgiram com a epidemia em relação à população

homossexual, ocorreu a necessidade da comunidade citada de se envolver ativamente no apoio às vítimas desta doença e ao enfrentamento do preconceito sofrido pelo estigma criado pela definição de grupo de risco (FERREIRA, 2013).

De acordo com Leal (2008) os estados brasileiros foram pioneiros em formular respostas governamentais à epidemia da AIDS. Entre os anos 1983 e 1985 inúmeros estados do Brasil desenvolveram estratégias governamentais para agir e minimizar os efeitos desta – sendo o primeiro deles, São Paulo. A autora esclarece que as ONGs tiveram um papel importante no desenvolvimento institucional do Programa Nacional de AIDS, criado em 1986, e na medida em que o Ministério da Saúde através deste programa abriu editais para a captação de recursos, houve o crescimento na criação de ONGs ligadas às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Esta informação pode ser confirmada observando o panorama da “História da Homossexualidade no Brasil: Cronologia dos Principais Destaques” (MOTT, 2001) em que constam as datas de fundação das inúmeras ONGs que surgiram no período.

A intensa agenda do Movimento reflete o processo de redemocratização que o país enfrentava na época. Segundo Carrara (2010) a “Carta Constitucional de 1988” foi concebida a partir da agência de inúmeros movimentos sociais que faziam pressão para que suas demandas estivessem contempladas neste documento, inclusive os Movimentos Homossexuais e de Mulheres que juntos teriam garantido o termo equidade de gênero e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família, enquanto direitos constitucionais.

Já na década de noventa, passado o período de transição democrática, com a saída dos militares do poder outros grupos de identidade de gênero tiveram a oportunidade de se fazer visibilizados, como as travestis e transexuais, e puderam incluir suas demandas na agenda do Movimento que ganha nova nomenclatura nos anos seguintes, deixando de ser Movimento GLBT para ser Movimento LGBTTT (FACCHINI, 2005). Durante a Ditadura Militar, na cidade de Porto Alegre, segundo Boer (2003)²¹, as travestis que saíssem às ruas poderiam ser presas pelas forças policiais e encaminhadas à Delegacia de Vadiagem do Departamento Estadual de Investigações Criminais, onde seriam presas pela aplicação do artigo 59 da Lei de

²¹ O pesquisador e ativista Boer (2003) realizou a pesquisa da trajetória das histórias de vida das travestis e transexuais que viveram ou viviam da prostituição na cidade de Porto Alegre. Entrevistou e registrou estas entrevistas no livro: **Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre**. Porto Alegre: Igualdade, 2003. 166 p.

Contravenções Penais da época. Apresento esta passagem do livro “Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre” (Boer, 2003) para exemplificar o porque essas identidades de gênero não podiam se fazer visibilizadas e reivindicar seus direitos.

Boer ainda nos apresenta que nesta década ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Travestis, Transexuais e Liberados contra a AIDS, no ano de 1993, promovido pela primeira associação de travestis do Brasil, a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro. As travestis e transexuais motivadas pela realização desse evento, nos anos que sucederam, criaram outras entidades pelo país, como: a Associação de Travestis de Salvador na Bahia, a Associação de Travestis Transexuais e Transgêneros de Goiás em Goiânia, a ASTRAB em Belo Horizonte, o Grupo Esperança em Curitiba e a ONG Igualdade RS em Porto Alegre.

2.3.1 A história da ONG Igualdade RS

Para compreender a história da ONG Igualdade RS, faz-se necessário observar a história de ativismo pessoal de uma de suas fundadoras, Marcelly Malta. Ela iniciou sua militância junto ao Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA) em Porto Alegre no ano de 1989. Marcelly Malta naquele ano havia retornado de Milão, na Itália, quando se deparou com a grave situação de suas amigas travestis causada pela epidemia da AIDS. Além do drama sofrido pela doença, as travestis sofriam com as ações truculentas da polícia e a negligência nos atendimentos médicos. Operava neste momento o estigma às travestis, causado pela associação delas à epidemia da AIDS (BOER, 2003).

Cada vez mais atuante na missão de levar as informações e buscar os direitos de quem não sabia como agir, Marcelly acabou se tornando pioneira no combate à discriminação as travestis e no resgate da cidadania e da dignidade destas pessoas.
- A família empurra os travestis para a rua e a sociedade para marginalidade
 - Foi esta força interior que fez com que ela buscasse crescer na vida como cidadã e lutar pelos direitos de todas as travestis. Marcelly juntamente com Cassandra Fontoura, Gabriela Pinho, Claudinha e outras participantes dos grupos de travestis do GAPA, formaram a ONG Igualdade RS, constituída só por travestis. (BOER, p.70, 2003. GRIFO MEU).

Giongo et al (2012) relatam que a ONG surgiu em 25 de março de 1999, com a missão da defesa dos direitos e da cidadania das travestis e transexuais. Tendo como foco em seus

projetos o resgate dos direitos humanos deste público através da realização de ações, palestras, encontros, discussões sobre cidadania, direitos humanos e autoestima.

Os principais projetos desenvolvidos pela associação, entre o período de 2000 e 2013, foram vinculados direta e indiretamente ao Ministério da Saúde, sendo realizados no âmbito de acordos de cooperação técnica em parceria com Organizações Internacionais. O documento do anexo 4 “Projetos da ONG Igualdade RS – Associação de Travestis e Transexuais da Cidade de Porto Alegre – junto ao Ministério da Saúde, no período de 2000 a 2013” encaminhado por intermédio da solicitação pelo Portal da Transparência do site do próprio Ministério²², demonstra um grande número de projetos sociais e atividades desenvolvidas na atenção à saúde realizados nos últimos anos (BRASIL, 2015. B).

O documento do anexo 4 ratifica o posicionamento dos teóricos do Movimento LGBTTT sobre a importância das ONGs no Brasil para a implementação de políticas públicas para a assistência dos problemas enfrentados por estes grupos. A partir da apresentação dos principais projetos da ONG Igualdade RS, posso afirmar que a instituição promove com responsabilidade e relevância social sua atuação assistencial junto à comunidade de travestis e transexuais, desenvolvendo, assim, um trabalho entre pares para o enfrentamento das mazelas e dificuldades enfrentadas por elas.

Atualmente a ONG, com a presidência de Marcelly Malta, conquistou a sua sede na Rua dos Andradas, 1560 / Sala 602, centro de Porto Alegre. A entidade funciona de segunda à quinta-feira, com portas abertas ao público para atendimento das 13h30 às 17h30 (ONG IGUALDADE RS, 2015). Seu corpo técnico é composto por uma equipe interdisciplinar de colaboradores, parceiros de outras entidades e da sociedade civil. Entre os projetos em andamento, estão:

- O apoio e direcionamento das travestis e transexuais no processo de retificação do nome civil, contando com a parceria do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS;

²² Ministério da Saúde – Portal da Transparência. Disponível em: <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/index.jsp?CodigoOrgao=36000&TipoOrgao=1&consulta=0>. Acessado em 15/04/2015.

- Acompanhamento psicológico de profissional cedido pelo Instituto de Porto Alegre da Igreja Metodista – IPA;
- Encaminhamento para serviços de saúde pública, incluindo o direcionamento das transexuais ao Programa de Transtorno de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre;
- Encaminhamento e direcionamento para vagas de emprego;
- Distribuição de preservativos na instituição e nas ações direcionados às profissionais do sexo nas ruas de Porto Alegre;
- Acompanhamento jurídico e psicológico à ala das travestis do Presídio Central de Porto Alegre;
- Apoio e articulação política das demandas das causas LGBTTT;

3. OBJETIVO

3.1 Da concepção da ideia à negociação com a ONG Igualdade RS

Há alguns semestres, manifesto o interesse de desenvolver um trabalho de pesquisa que abordasse a temática das travestis. Porém, a premissa inicial para realização desta pesquisa seria respeitar o princípio da contrapartida à comunidade estudada, ou seja, devolver para a comunidade pesquisada algo que contribuísse objetivamente com as suas vidas. Então, no final do primeiro semestre de 2014, procurei a professora e pesquisadora Dra. Andréa Fachel Leal e relatei o meu desejo de estudo, tendo ela aceito.

Nos meses seguintes passei a participar de encontros quinzenais, onde estavam presentes a professora e seus orientandos. Nesses encontros debatíamos nossos projetos de TCC e leituras que pudessem contribuir com nossos projetos de pesquisa. Nos encontros fui aprofundando meus conhecimentos, a partir de então passei a pesquisar abordagens que pudessem apresentar uma problematização sociológica sobre a temática travesti.

No mês de setembro de 2014, em consequência do trabalho curatorial que estive envolvido para a exposição fotográfica “*A Parada Exposta: 18 anos expressando liberdades*”, visitei a ONG Igualdade RS. Nesta oportunidade me foi relatado pelo corpo técnico da associação os projetos sociais desenvolvidos pela mesma, assim como das dificuldades enfrentadas para gerir a instituição a partir de seu banco de dados ainda em formato analógico (em papel). Então, surgiu à ideia de estabelecermos uma parceria entre o meu TCC e a ONG, o projeto consistiria em: eu organizar e elaborar um banco de dados digital e em contrapartida poderia utilizar os dados para traçar o perfil das travestis e transexuais atendidas o problematizando sociologicamente.

Esta ideia foi debatida nas reuniões de orientação e pude maturar o projeto para que fosse colocado em prática. Em outubro de 2014, marquei uma reunião com o corpo técnico da ONG para que pudéssemos conversar e acertar os detalhes do projeto que havíamos imaginado. Na reunião estavam presentes: eu, a Dra. Andréa Fachel Leal e a Dra. Juliana Lopes de

Macedo²³, já representando a diretoria da ONG a Sras. Maga Sperb e Clô Ribeiro²⁴, e como resultado desta, estabelecemos a metodologia de trabalho e firmamos oficialmente uma parceria.

O objetivo principal do meu TCC foi, portanto estabelecido como a elaboração de um banco de dados digital, que fosse de fácil manuseio por qualquer pessoa da ONG, a partir das informações que a própria entidade tinha sobre os atendimentos e encaminhamentos. Em decorrência desta atividade principal seria possível, ainda, fazer uma análise estatística simples, descritiva, das informações contidas neste banco, uma vez consolidado.

²³ Juliana Lopes Macedo neste período cooperava com a condução e discussões do grupo de orientação. Atualmente ela é bolsista de Pós Doutorado da Capes e pesquisadora associada ao Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS

²⁴ Neste encontro a Sra. Marcelly Malta não estava presente, pois se encontrava hospitalizada.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 A coleta dos formulários e a transcrição dos dados

Com a autorização da Sra. Marga Sperb, no dia 03 de novembro de 2014, tive acesso às “Fichas de Cadastros” e “Fichas de Atendimentos” preenchidas pelas atendidas entre o período de 2013 e 2014. Nesta intervenção, foram coletados:

- 200 “Fichas de Cadastro” que reuniam informações sobre as travestis e transexuais atendidas. Estes formulários eram compostos dos seguintes campos: Conhecida como? RG? CPF? Local de origem? Data de nascimento? Fone para contato? Raça/Cor? Escolaridade? Onde trabalha? – Anexo 1.
- 72 “Fichas de Atendimentos” que em geral reuniam informações sobre os direcionamentos para o serviço de retificação do nome civil que é realizado em parceria com a SAJU/UFRGS. Estes formulários eram compostos dos seguintes campos: Nome? Conhecida como? Data de nascimento? RG? CPF? Endereço? Nome do pai? Nome da mãe? Outra pessoa para contato? Endereço? Fone para contato? Data do 1º atendimento? Síntese do caso? – Anexo 2.

Os formulários foram digitalizados por uma câmera fotográfica Nikon 3100 e os arquivos deste processo arquivados junto a um HD externo, assim assegurando a confidencialidade e o sigilo das informações na medida em que apenas o pesquisador principal teria acesso a estas informações.

É importante salientar que os documentos que foram disponibilizados pela ONG correspondem a uma parcela dentre as atividades desempenhadas pela associação. Por exemplo, o documento de “Ficha de Atendimento”, também é utilizado para os casos de direcionamento ao psicólogo credenciado à instituição nesse período. No entanto, não foi permitido ao pesquisador acesso a este conjunto de documentos; na ONG, a única pessoa que pode manusear estas fichas é o próprio psicólogo.

O segundo procedimento foi digitar todos os dados, coletados por imagem, dos formulários coletados, em uma planilha do Excel. Cada tipo de formulário gerou um banco de

dados. Acentuo que todos os dados foram digitados conservando as informações e anotações redigidas pelas próprias atendidas. Após, finalizar a transcrição de todos os dados em suas respectivas abas, iniciei a exploração dos modelos de formulários e planilhas que melhor atendessem à necessidade da ONG de um banco de dados com interface simples e amigável, além de gratuito.

4.2 A escolha do Google Forms para a elaboração do banco de dados

Inicialmente, realizei a pesquisa na internet dos tipos de bancos de dados de uso gratuito disponíveis com os seguintes filtros: banco de dados, banco de dados gratuito, banco de dados grátis, *Database e Free Data Base*. Como resultado da pesquisa retornaram os seguintes tipos de banco de dados: MY SQL, Zoho Creator, SIGE, Google Cloud SQL, PostGresgl e FireBird 2.5.3²⁵. Porém, analisando os tutoriais destas plataformas, observei que embora se autodeclarassem como gratuitas estas não apresentaram na totalidade a disponibilização de seus serviços gratuitamente.

Os únicos bancos de dados que encontrei de uso totalmente gratuito, foram: o Google Forms²⁶ e o Form SUS²⁷. Porém, após verificar as políticas de uso do Form SUS descobri que este somente poderia ser utilizado por instituições vinculadas ao SUS, sob pena de exclusão das informações caso fosse utilizado indevidamente. Desta maneira, constatei que somente o banco de dados do Google Forms cumpriria as características necessárias para a elaboração do banco de dados da ONG Igualdade RS.

Concomitante a esta pesquisa a orientadora Dra. Andréa Fachel Leal estabeleceu contato com o Dr. Raul Fernando Weber, professor do Instituto de Informática da UFRGS, para uma consultoria sobre a existência na universidade de algum centro de auxílio aos estudantes e

²⁵ **My SQL**. Disponível em: <http://www.mysql.com/>. Acessado em 03/11/2014;
Zoho Creator. Disponível em: <https://creator.zoho.com/>. Acessado em: 03/11/2014;
SIGE. Disponível em: <http://www.superdownloads.com.br/>. Acessado em: 04/11/2014;
Google Cloud SQL. Disponível em: <https://cloud.google.com/sql/?hl=pt-BR>. Acessado em: 05/11/2014;
PostGresgl. Disponível em: <http://www.postgresql.org/>. Disponível em: 06/11/2014;
Firebird 2.5.3. Disponível em: <http://www.superdownloads.com.br/>. Acessado em 06/11/2014.

²⁶ **Google Forms**. Disponível em: <http://www.google.com/forms/about/> Acessado em: 07/11/2014.

²⁷ **Form SUS**. Disponível em: http://formsus.datasus.gov.br/manual/formsus_manual.pdf. Acessado em: 08/11/2014.

pesquisadores na elaboração de banco de dados digital. A resposta desta consultoria foi negativa, informando que não havia um setor na universidade que realizasse este procedimento aos alunos e pesquisadores. Prof. Weber informou que mesmo não havendo um serviço com as características que necessitávamos, deveríamos procurar o Centro de Processamento de Dados da universidade para verificar a possibilidade de alguma forma de cooperação. Porém, eu realizei o contato com os mesmos e fui informado que não haveria esta possibilidade naquele momento. Então, na reunião de orientação do dia 20 de novembro de 2014 foi definido que o Google Forms²⁸ seria a plataforma utilizada para elaborar o banco de dados da ONG.

4.3 A elaboração do formulário e do banco de dados no Google Forms

O primeiro procedimento realizado foi verter as planilhas em *xls.* do Excel para o banco de dados do Google Forms. Depois disto, executei os procedimentos metodológicos de análise e intervenção nos formulários entre o período de novembro de 2014 a abril de 2015 descritos a seguir.

Pesquisei as funcionalidades do Google Forms na elaboração dos formulários, as formas que poderiam ser realizadas as perguntas e os modelos de respostas. Identifiquei que os formulários poderiam ser respondidos de três formas: pelo administrador em sua plataforma, ou preenchidos através do envio de um link pelo e-mail e/ou através do acesso ao link pelo browser na internet. Apurei que as informações previamente preenchidas nos formulários não poderiam ser recuperadas no preenchimento de um novo documento no programa. Então, neste momento, percebi que seria importante unificar os formulários de “Ficha de Cadastro” e “Ficha de Atendimento” para reunir as fontes de respostas em um só local, promovendo assim a não duplicidade de informações.

Para verificar a possibilidade de unificá-los, foi necessário analisar as perguntas que eram realizadas nos mesmos. Como resultado desta análise, visualizei que algumas perguntas

²⁸ O Google Forms permite criar formulários organizados, onde as respostas destes são arquivadas junto a uma planilha comum, permitindo gratuitamente a criação de um banco de dados. Este banco de dados pode ser vertido ao uso de relatórios e gráficos. Esta ferramenta pode ser administrada por inúmeras pessoas ao mesmo tempo, seus arquivos são arquivados junto ao provedor da Google, sem nenhum custo, permitindo que o usuário acesse o banco de dados e possa operar as informações e planilhas de qualquer computador com acesso à internet. (GOOGLE FORMS, 2014).

realizadas na “Ficha de Cadastro” não eram feitas na “Ficha de Atendimento”, então para padronizar as informações e respostas optei por reproduzir as mesmas perguntas de um tipo de formulário no outro. Assim, seria facilitada a análise e movimentação dos dados contidos nas planilhas de respostas do Google Forms. Cito que realizei a correção sintática das perguntas neste intervalo.

A pergunta no formulário sobre cor ou raça era aberta. E entre as respostas fornecidas nos formulários apresentavam-se categorias êmicas, que optei por reinterpretá-las e reagrupá-las segundo a tipologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015. A) para permitir comparações com outras pesquisas. O agrupamento das categorias êmicas foi feito conforme descrito no quadro 1: “negra(o)” foram reagrupadas para “Preta”; “mulata(o)”, “morena(o)” e “Parda(o)” para “Parda”; “japonesa”, para “Amarela”; e “branca(o)” reagrupados para “Branca”. A pergunta no formulário do Google Forms foi fixada como de resposta única e obrigatória.

QUADRO 1 – RECODIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS ÊMICAS DE COR/RAÇA NO GOOGLE FORMS

Categorias êmicas cor/raça	Categorias no Google Forms
Negra(o)	Preta
Mulata(o) Morena(o) Parada(o)	Parda
Japonesa	Amarela
Branca(o)	Branca
(<i>não citada</i>)	Indígena

Fonte: do autor.

A pergunta no formulário sobre escolaridade era aberta. Encontravam-se entre as respostas êmicas os seguintes tipos de resposta: “ensino médio”, “primeiro grau”, “primário”, “7ª série”, etc. Portanto, em algumas respostas havia informações insuficientes quanto à escolaridade, em termos de ano ou série e o tipo de ensino concluído (fundamental, médio ou superior). Desta forma, foi necessário criar no Google Forms uma variável escolaridade que fosse mais completa, além de um mecanismo para agrupar as respostas existentes na variável criada (Quadro 2). No Google Forms a variável escolaridade pode agora assumir os seguintes

valores: Entre 1ª e 4ª série do 1º grau ou do Ensino Fundamental ou Primário completo ou incompleto; Entre 5ª e 9ª série do 1º grau ou do Ensino Fundamental ou Ginásio completo ou incompleto; Entre 1º e 3º ano do 2º grau ou do Ensino Médio ou Profissionalizante completo ou incompleto; Ensino Superior ou Pós Graduação completo ou incompleto. Entre as categorias que foram criadas no Google Forms, que não foram localizadas nas categorias êmicas, são: Nunca cursou as etapas escolares, não alfabetizada; Nunca cursou as etapas escolares, porém é alfabetizada. A forma como as respostas foram agrupadas está descrita no quadro 2. A pergunta no formulário do Google Forms foi fixada como de resposta única e obrigatória.

QUADRO 2 – CATEGORIAS ÊMICAS DE ESCOLARIDADE E AS CATEGORIAS REAGRUPADAS NO GOOGLE FORMS

Categorias êmicas de escolaridade	Categorias criadas no Google Forms
1ª série, 4ª série, primário, primário incompleto	Entre 1ª e 4ª série do 1º grau ou do Ensino Fundamental ou Primário completo ou incompleto
5ª série, 8ª série, Ensino Fundamento completo ou incompleto, Ginásio	Entre 5ª e 9ª série do 1º grau ou do Ensino Fundamental ou Ginásio completo ou incompleto
1º ano do 2º grau, 3º ano do Ensino Médio, Ensino Médio incompleto ou completo, Profissionalizante, curso técnico	Entre 1º e 3º ano do 2º grau ou do Ensino Médio ou Profissionalizante completo ou incompleto
Curso de Letras, Mestrado em Psicopedagogia, Superior Incompleto, Superior	Ensino Superior ou Pós Graduação completo ou incompleto

Fonte: do autor.

No formulário, a pergunta “Onde Trabalha?” era aberta. E entre as respostas fornecidas apresentavam-se categorias êmicas, como: profissional do sexo, prostituta, cabeleireira, fazendo cabelo, maquiadora, depiladora, etc. Estas categorias no Google Forms foram agrupadas de acordo com o critério de maior ocorrência, ou seja, nos casos em que havia mais de um tipo de resposta àquela que apareceu mais vezes foi a contemplada com a nomenclatura (cf Quadro 3). A pergunta foi fixada no Google Forms como sendo de múltipla escolha e obrigatória. E foi inclusa a opção “Outro” para descrever outra ocupação que não esteja contemplada na listagem.

QUADRO 3 – CATEGORIAS ÊMICAS DE OCUPAÇÕES E OS AGRUPAMENTOS REALIZADOS

Categorias êmicas de ocupação	Categorias no Google Forms
Aposentada	Aposentada
Atendente	Atendente
Atriz	Atriz
Auxiliar administrativa	Auxiliar administrativa
Auxiliar de serviços gerais, limpadeira, arrumadeira	Auxiliar de serviços gerais
Cabeleireira, fazendo cabelo, cortando cabelo no salão	Cabeleireira
Caixa de supermercado	Caixa de Supermercado.
Coordenadora de ONG	Coordenadora de ONG
Coreógrafa	Coreografa
Costureira	Costureira
Cozinheira do restaurante	Cozinheira
Depiladora	Depiladora
Detenta	Detenta do Sistema Carcerário
Doméstica	Doméstica
Dona de Casa	Dona de Casa
Dona de loja	Empresária
Estilista	Estilista
Estudante	Estudante
Fotógrafa	Fotógrafa
Mãe de Santo, Baba orixá	Mãe de Santo
Maquiadora	Maquiadora
Mecânico de carro	Mecânica de carros
Pintor de casa	Pintora de casas
Professor de colégio, Professora de escola	Professora
Profissional do sexo, prostituta, garota de programa, na av. Farrapos, ponto atrás do Shopping Total	Profissional do sexo
Promotor de eventos	Promotora de eventos
Servidora Pública, trabalha na Secretária de Direitos Humanos	Servidora Pública
Técnica de enfermagem	Técnica de enfermagem
Técnico de informática	Técnico de informática
Vendedora de loja	Vendedora

Fonte: do autor.

É importante destacar que a pergunta “local de origem?” no formulário era feita de forma aberta. Porém, segundo as colaboradas da ONG este campo era preenchido pelas atendidas de acordo com o local de residência das mesmas. Desta forma, na análise dos resultados será utilizada esta variável como “local de residência”. Informo que para o local de nascimento foi criada outra variável no Google Forms, para permitir futuras análises dos fenômenos de migração. Outra importante variável a ser criada foi “identidade de gênero”, com as seguintes opções de resposta: travestis, transexuais ou “outra” (campo descritivo); optei por

acrescentá-la para permitir que os próximos atendimentos sejam dimensionados em relação à abrangência das identidades atendidas.

A partir dos procedimentos descritos nos parágrafos anteriores, foi possível realizar a unificação das “Fichas de Cadastro” e “Fichas de Atendimento” em um único formulário nomeado de “Formulário de Atendimento da ONG Igualdade RS” (Anexo 5) que resulta na unificação dos bancos de dados. Os resultados deste trabalho foram apresentados à ONG em uma reunião realizada no dia 20 de maio de 2015 (porém sobre este encontro farei o relato no capítulo “4. Análise dos Resultados”).

4.4 Os procedimentos para traçar o perfil das atendidas pela ONG

Na análise dos 272 documentos físicos/fotografados, foram localizados cinco deles preenchidos em duplicidade sobre a mesma pessoa atendida, então estes só foram contabilizados uma única vez. O universo total de casos encontrados se resumiu a 267. Destes, para fins de análise considereirei somente casos de residentes no estado do Rio Grande do Sul, sendo 245 válidos. Os 22 casos que foram descartados dessa análise referem-se a pessoas residentes em outras Unidades da Federação (Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal).

Entre os 245 documentos restantes, são estes equivalentes a 174 de “Fichas de Cadastro” e 71 de “Fichas de Atendimento”. Apesar de ter ocorrido à unificação dos formulários em único banco de dados no Google Forms, não foi possível traçar um único perfil a partir destes dois tipos documentais, devido as seguintes limitações:

- Os 174 documentos de “Fichas de Cadastro” válidos possuíam as seguintes variáveis: idade, escolaridade, ocupação, cidade e estado. Estando estes documentos redigidos de forma mais completa.
- Os 71 documentos de “Fichas de Atendimento” válidos possuíam somente duas variáveis: idade e tipo de serviço que a usuária utilizou na instituição. Desconsidereirei a variável cidade, pois esta informação estava redigida em somente 30 casos do total.

Então, optei por traçar dois tipos de cruzamento entre as variáveis, sendo o primeiro equivalente as “Fichas de Cadastros” que permitiu identificar o perfil das atendidas pela ONG e o segundo das “Fichas de Atendimento” que permitiu verificar somente o perfil etário das travestis e transexuais que procuraram o serviço de retificação do nome civil.

Para testar as hipóteses iniciais desta pesquisa, foram necessários recodificar as categorias êmicas em categorias éticas. Entre os procedimentos que foram necessários para que isto acontecesse, disponho abaixo os quadros explicativos:

QUADRO 4 – QUADRO DE RECODIFICAÇÃO DA VARIÁVEL COR/RAÇA

Categorias êmicas cor/raça	Categorias do IBGE	Categorias recodificadas para Análise (brancas/não brancas)
Negra(o)	Preta	Não branca
Mulata(o) Morena(o) Parada(o)	Parda	
Japonesa	Amarela	
Branca(o)	Branca	Branca

Fonte: do autor

O quadro 4 demonstra a recodificação das categoria êmicas de Cor/Raça para a classificação de “brancas” e “não brancas”, este procedimento permitiu que fosse testada a hipótese sobre a possibilidade de existir desigualdades entre estas categorias.

QUADRO 5 – QUADRO DE RECODIFICAÇÃO DA VARIÁVEL ESCOLARIDADE

Categorias de escolaridade autodeclaradas (agrupadas)	Categorias de escolaridade recodificadas para Análise (baixa e média/alta)
Entre 1ª e 4ª série do 1º grau ou do Ensino Fundamental ou Primário completo ou incompleto	Baixa escolaridade
Entre 5ª e 9ª série do 1º grau ou do Ensino Fundamental ou Ginásio completo ou incompleto	
Entre 1º e 3º ano do 2º grau ou do Ensino Médio ou Profissionalizante completo ou incompleto	Média/ alta escolaridade
Ensino Superior ou Pós Graduação completo ou incompleto	

Fonte: do autor.

O quadro 5 demonstra a recodificação das categorias de escolaridade autodeclaradas (que foram agrupadas conforme descreve o quadro 2) para a classificação de “baixa” e

“média/alta escolaridade”, este procedimento permitiu que fosse testada a hipótese sobre a baixa escolaridade das travestis e transexuais atendidas pela instituição. O critério para categorizar as etapas escolares entre “baixa” ou “média/alta escolaridade” foi compará-la a média de anos de estudos dos brasileiros com mais de 25 anos, que equivale a 8,3 anos de estudo segundo os Sistema de Indicadores Sociais do IBGE (IBGE, 2015. B). Então, as etapas escolares que possuíam anos de estudo inferiores à média nacional foram classificadas como “baixa escolaridade”, enquanto que as que possuíam mais de 8,3 anos de estudos foram agrupadas em “média /alta escolaridade”.

No quadro 6, as categorias êmicas de ocupação foram recodificadas de acordo com as ocupações descritas pelo sistema de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2015. C).

QUADRO 6 – RECODIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS ÊMICAS DE OCUPAÇÃO PARA O MODELO DE CBO

(Continua)

Categorias êmicas de ocupação	Categorias da CBO
Aposentada	Categorias não localizadas na CBO
Detenta	
Dona de Casa	
Dona de loja	
Estudante	
Servidora Pública, trabalha na Secretária de Direitos Humanos	
Coordenadora de ONG	1144 - Dirigentes e organizações de interesse público
Estilista	2624 – Artistas visuais, desenhistas industriais e conservadores e restauradores de bens culturais
Coreógrafa	2625 - Artista de dança (exceto dança tradicional e popular)
Atriz	2625 – Atores
Mãe de Santo, Baba orixá	2631 – Ministro de culto religioso
Fotógrafa	2818 – Fotógrafos
Técnico de informática	3132 – Técnicos em eletrônica
Técnica de enfermagem	3222 – Técnicos e auxiliares de enfermagem
Professor de colégio, Professora de escola	3331 – Instrutores e professores de escolas livres
Promotor de eventos	3548 – Organizador de evento
Auxiliar administrativa	4110 – Agentes, assistentes e auxiliares administrativos
Caixa de supermercado	4211 – Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)

Doméstica	5121 – Trabalhadores dos serviços domésticos em geral
Cozinheira do restaurante	5136 – Cozinheiros
Auxiliar de serviços gerais, limpadeira, arrumadeira	5143 – Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações
Cabeleireira, fazendo cabelo, cortando cabelo no salão	5161 – Trabalhadores nos Serviços de embelezamento e higiene
Depiladora	
Maquiadora	
Profissional do sexo, prostituta, garota de programa, na av. Farrapos, ponto atrás do Shopping Total	5198 – Profissional do Sexo
Atendente	5211 – Operadores do comércio de lojas e mercados
Vendedora de loja	
Pintor de casa	7166 – Pintores de obras e revestimentos de interiores (revestimentos flexíveis)
Costureira	7630 – Profissionais polivalentes da confecção de roupas
Mecânico de carro	9144 – Mecânico de manutenção de veículos automotores

Fonte: do autor

No quadro 7 as cidades de residência autodeclaradas foram reclassificadas de acordo com as categorias de microrregiões e mesorregiões do IBGE (IBGE, 2015. C), para que fosse possível testar a hipótese que as travestis e transexuais estariam residindo em grandes centros urbanos. Com esta nova variável, também foi possível traçar a dimensão territorial dos atendimentos realizados pela associação.

QUADRO 7 – RECODIFICAÇÃO DAS CIDADES DE RESIDÊNCIA AUTODECLARADAS EM RELAÇÃO ÀS MICRORREGIÕES E MESORREGIÕES DO IBGE

(Continua)

Cidades autodeclaradas	Código	Microrregiões do IBGE	Código	Mesorregiões do IBGE
Júlio de Castilhos	430318	Santa Maria	4303 e 4304	Centro Ocidental Rio-Grandense
Santa Maria	430318	Santa Maria		
Santiago	430317	Santiago		
São Sepé	430318	Santa Maria		
Cachoeira do Sul	430422	Cachoeira do Sul		
Rio Pardo	430422	Cachoeira do Sul		
Santa Cruz do Sul	430420	Santa Cruz do Sul		
Alvorada	430526	Porto Alegre	4305	
Arroio dos Ratos	430525	São Jerônimo		
Arroio Grande	430526	Porto Alegre		

Barra do Ribeiro	430528	Camaquã		Metropolitana de Porto Alegre
Camaquã	430528	Camaquã		
Campo Bom	430526	Porto Alegre		
Canoas	430526	Porto Alegre		
Capão da Canoa	430527	Osório		
Esteio	430526	Porto Alegre		
General Câmara	430525	São Jerônimo		
Gravataí	430526	Porto Alegre		
Guafba	430526	Porto Alegre		
Montenegro	430523	Montenegro		
Novo Hamburgo	430526	Porto Alegre		
Porto Alegre	430526	Porto Alegre		
Rolante	430524	Gramado-Canela		
São Leopoldo	430526	Porto Alegre		
Sapiranga	430526	Porto Alegre		
Sapucaia do Sul	430526	Porto Alegre		
Tramandaí	430527	Osório		
Viamão	430526	Porto Alegre		
Caxias do Sul	430216	Caxias do Sul	4302	Nordeste Rio-Grandense
Iraí	430103	Frederico Westphalen		Noroeste Rio-Grandense
Lagoa dos Três Cantos	430112	Não-Me-Toque		
Palmeira das Missões	430109	Carazinho		
Santa Rosa	430101	Santa Rosa	4301	
Pelotas	430733	Pelotas		Sudeste Rio-Grandense
Pinheiro Machado	430732	Serra do Sudeste		
Jaguarão	430734	Jaguarão		
Rio Grande	430735	Litoral Lagunar	4307	
Alegrete	430629	Campanha ocidental		Sudoeste Rio-Grandense
Bagé	430631	Campanha Meridional		
São Borja	430629	Campanha ocidental		
São Francisco de Assis	430629	Campanha ocidental	4306	

Fonte: do autor.

O método de análise estatística descritiva foi o escolhido para traçar este perfil, pois este modelo de coleta, organização, descrição, análise e interpretação de dados vêm a ser uma importante ferramenta para a tomada de decisões, por permitir que os detentores destas informações possam apreciar a realidade de forma sistêmica e ampla (BARBETTA, 2012). Estes quesitos corroboram para com a ideia inicial deste trabalho, que vem a ser o empoderamento da ONG Igualdade RS através das informações sobre o perfil de suas atendidas. O cruzamento destas variáveis foi realizado no SPSS (*Statistical Package of the*

Social Sciences) e os gráficos e tabelas resultantes deste procedimento estão disponíveis no capítulo “Análise dos Resultados”.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. Os impactos da reformulação do formulário e banco de dados

Um dos resultados obtidos foi a elaboração de um formulário único que permitiu reunir todas as informações das atendidas pela ONG Igualdade RS em um só banco de dados. A ação de revisar as informações das “Fichas de Cadastro” e “Fichas de Atendimentos” em conjunto com uma análise crítica em relação aos tipos perguntas e respostas, propiciou que as informações fossem agrupadas e padronizadas visando convergir com as categorias usualmente utilizadas pelas instituições de fomento de projetos sociais. Desta maneira, acredito que as modificações feitas no formulário irão facilitar a apresentação dos resultados dos projetos sociais desenvolvidos pela associação.

Se antes estas informações não estavam disponíveis para o uso analítico, agora essas estão, pois através da manipulação da planilha do banco de dados do Google Forms é possível traçar inúmeros tipos de cruzamento de variáveis, sendo permitida sua apresentação em diferentes formatos de gráficos, tabelas, quadros ou planilhas. Assim como é possível incluir e excluir perguntas e/ou respostas de acordo com a necessidade da instituição.

Na reunião, descrita antes, foram explanadas as informações para a Sra. Maga Sperb sobre o novo “Formulário de Atendimento da ONG Igualdade RS” e seu respectivo banco de dados, assim como as modificações realizadas e suas funcionalidades. Após, a apresentação foi nos relato pela mesma a sua satisfação em relação ao trabalho desempenhado, pois, segundo ela – *não mais seria necessário ficar redigindo e reunindo fichas para prestação de contas do trabalho desempenhado pela Igualdade às instituições fomentadoras de projetos sociais*. Fruto deste encontro, ficamos acordados que eu irei treinar duas colaboradoras da instituição para utilizar a nova ferramenta entre julho e dezembro de 2015. Tal como, firmamos um compromisso onde fiquei responsável por desenvolver um documento de casos individualizados que possa ser impresso em mala direta a partir do banco de dados do Google Forms.

5.2. A análise sociológica sobre o perfil de travestis e transexuais atendidas pela ONG

Foi resultante do trabalho de análise, a criação de dois tipos de perfis das travestis e transexuais atendidas pela ONG Igualdade RS entre o período de 2013 e 2014, o primeiro equivalente as informações extraídas das “Fichas de Cadastro” e o segundo das “Fichas de Atendimento”. Neste primeiro momento, informo que serão analisados os dados extraídos das “Fichas de Cadastros”.

O perfil etário do universo pesquisado corresponde aos seguintes dados: em média 33,43 anos, com desvio padrão de 9,922 anos. A mediana foi 32 anos e a moda, 26 anos; a menor idade encontrada foi 16 anos e a maior 69. Desta forma, posso inferir que o perfil etário das atendidas pela associação foi de pessoas adultas, em torno dos 30 anos.

Criou-se uma variável para faixas etárias a partir dos quartis da variável idade, descrita na tabela 1.

TABELA 1 - AGRUPAMENTO DE PERFIL ETÁRIO DAS ATENDIDAS PELA ONG

Agrupamento de Idades	Freq.	Porc. %
Até 26 anos	50	29,9%
27 a 32 anos	36	21,6%
33 a 38 anos	40	24%
39 ou mais	41	24,6%
Total de Casos Válidos	167	100%

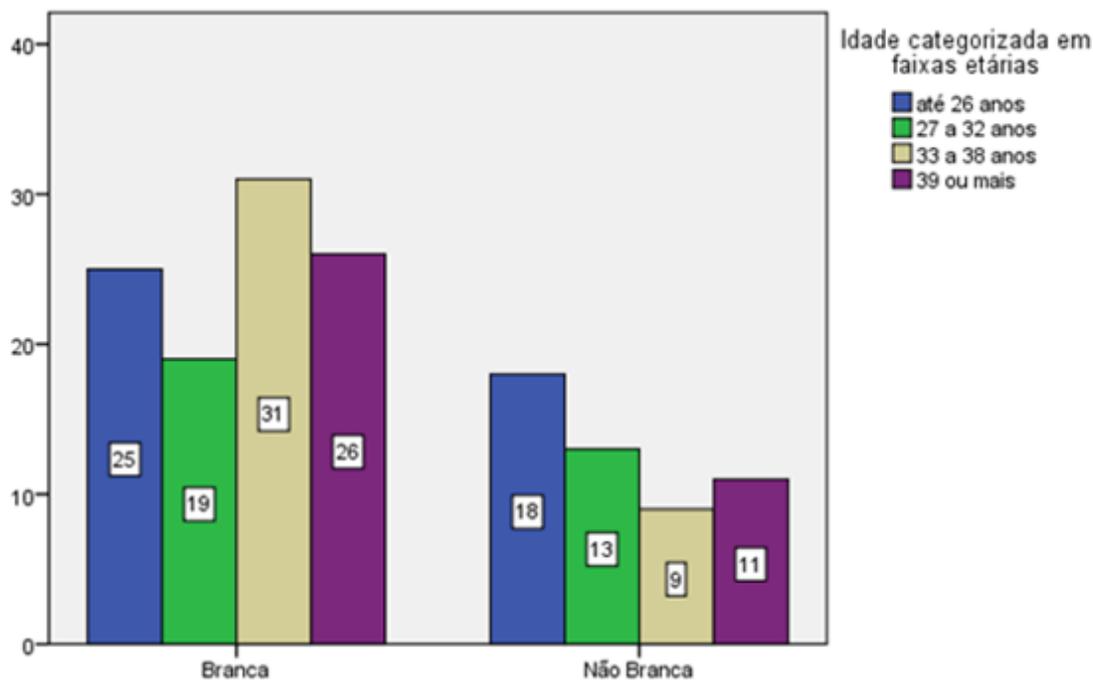
Fonte: do autor.

Agrupando das idades em faixas etárias é possível observar que embora exista uma grande amplitude entre a idade mínima e a máxima, ainda assim posso afirmar que o perfil das atendidas pela associação é equivalente a travestis e transexuais adultas, pois encontram-se 75,5% dos casos com idades até 38 anos.

No gráfico 1 observando estes agrupamentos em relação a hipótese sobre as desigualdades existentes entre “brancas” e “não brancas”, verifico que há diferenças em relação a faixa etária e o acesso aos serviços da instituição – ainda que estas não sejam diferenças estatisticamente significativas. Ou seja, as travestis ou transexuais que tiveram acesso aos

serviços são predominantemente “Brancas” e adultas na faixa etária “33 a 38 anos”, enquanto que as “Não Brancas” são a minoria em relação aos atendimentos e possuem um perfil mais jovem na faixa etária de “até 26 anos”.

GRÁFICO 1 - PERFIL ETÁRIO ENTRE AS ATENDIDAS BRANCAS E NÃO BRANCAS



Fonte: do autor.

Observando a afirmação que fiz, sobre os atendimentos da instituição serem predominantemente realizados com pessoas “brancas”, acrescento a tabela 2 para exemplificar e quantificar esta afirmação. Em relação às categorias étnicas, saliento que as autodeclaradas “brancas (os)” correspondem a 66,9% dos casos, enquanto que somente 11% se autodeclararam “negras”, esta informação me casou estranhamento, então verifiquei junto aos dados do censo de 2010, a possibilidade de compará-las. A partir daí, recodifiquei as categorias étnicas em relação às oficiais do IBGE e pude verificar que em relação ao perfil de cor ou raça do estado do Rio Grande do Sul, o perfil de atendimento da instituição não está totalmente discrepante,

ou seja, a população gaúcha é composta de 81,4% de pessoas autodeclaradas “brancas”, de 13,3% de “pardas” e de 5% de “pretas” (IBGE, 2015. C).

TABELA 2 – PERFIL DE COR E RAÇA DAS ATENDIDAS PELA ONG

Categorias êmicas			Categorias IBGE			Categorias de Análises		
Cor/Raça	Freq.	Porc. %	Cor/Raça	Freq.	Porc. %	Cor/Raça	Freq.	Porc. %
Branca(o)	103	66,9%	Branças	103	66,9%	Branças	103	66,9%
Morena(o)	25	16,2%	Pardas	34	22,1%	Não Brancas		31,1%
Mulata(o)	2	1,3%						
Parda(o)	7	4,5%						
Negra(o)	17	11%	Pretas	17	11%			
Total de Casos Válidos	154	100%	Total de Casos Válidos	154	100%	Total de Casos Válidos	154	100%

Nota: A categoria êmica Japonesa (Amarela) não está contemplada nesta planilha porque a atendida que se autodeclarou desta forma é residente em outra Unidade da Federação.

Fonte: do autor.

Embora, os dados oficiais corroborem para que se faça uma inferência que a associação estaria contemplando proporcionalmente em relação à cor e raça os seus atendimentos. Coloco em dúvida esta questão, não estaria implícito nestes dados que as “brancas” teriam mais acesso à informação que as “não brancas” e por isto buscariam os serviços da instituição? Esta é uma questão que não será possível responder através dos dados existentes nesta pesquisa, porém com esta indagação acredito que o corpo técnico da instituição poderá pensar estratégias para acessar com seus serviços as travestis e transexuais “não brancas”.

O perfil da escolaridade do universo pesquisado pode ser observado na tabela 3, da qual corresponde aos agrupamentos étnicos em categorias de escolaridade, que foi realizado para permitir uma melhor visualização dos dados. Já com relação às categorias de análise, foi realizado para permitir testar a hipótese sobre a “baixa escolaridade” das travestis e transexuais atendidas pela associação.

TABELA 3 – PERFIL DA ESCOLARIDADE DAS ATENDIDAS PELA ONG IGUALDADE RS

Agrupamentos de escolaridade (ético)			Categorias de Análises		
Agrupamento por etapa escolar	Freq.	Porc. %	Escolaridade	Freq.	Porc. %
Entre 1ª e 4ª série do 1º grau ou do Ensino Fundamental ou Primário completo ou incompleto	2	1,3%	Baixa Escolaridade	63	41,4%
Entre 5ª e 9ª série do 1º grau ou do Ensino Fundamental ou Ginásio completo ou incompleto	61	40,1%			
Entre 1ª e 3º ano do 2º grau ou do Ensino Médio ou Profissionalizante completo ou incompleto	80	52,6 %	Média/Alta Escolaridade	89	58,6%
Ensino Superior ou Pós Graduação completo ou incompleto	9	5,9%			
Total de Válidos	152	100%	Total de Válidos	152	100%

Fonte: do autor.

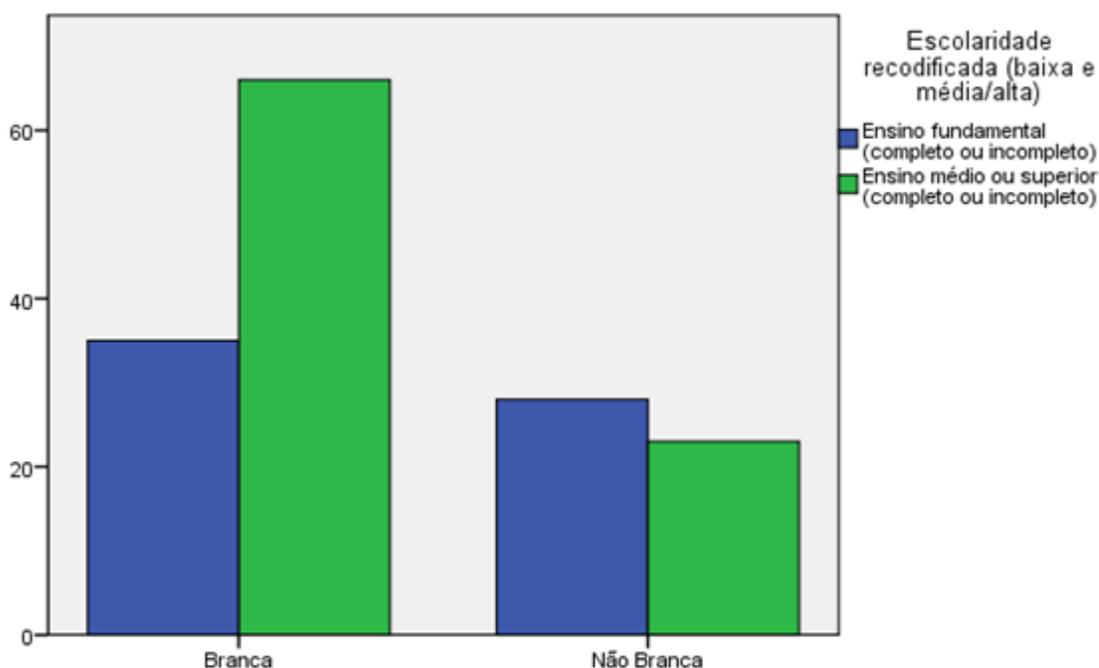
Como foi possível verificar nos dados acima, as atendidas pela associação possuem “média/ alta escolaridade” em sua maioria, 58,6% do total de atendimentos verificados. Considerando os dados dos Sistemas de Indicadores Sociais do IBGE (IBGE, 2015. B), em relação à média de anos de estudo dos brasileiros com mais de 25 anos, podemos inferir que as travestis ou transexuais deste cenário não podem ser consideradas de baixa escolaridade.

Em relação aos dados válidos da tabela 3, o número de pessoas que não respondeu a pergunta foram vinte e duas considerando o universo dos 174 casos, a pergunta desta variável era realizada de forma aberta na “Ficha de Cadastro” e não foram localizados entre as respostas as categorias de analfabetas ou semianalfabetas, este dado pode nos sugerir algumas hipóteses, como: as pessoas esqueceram de responder, não quiseram responder ou não souberam responder. Sobre estas possibilidades, reflito sobre os relatos descritos pelos autores Kulick (2003), Benedetti (2005), Pelúcio (2009), Jayme (2010) e Andrade (2013) que descrevem casos de travestis e transexuais vítimas da evasão escolar. E, questiono sobre a possibilidade de estar representado aqui o percentual de travestis e transexuais que não foram alfabetizadas.

Embora os dados demonstrem que a escolaridade média das atendidas não represente baixa escolaridade em relação à média brasileira. Problematizo a seguinte questão: as travestis

e transexuais que buscaram o serviço junto a ONG seriam estas representativas em relação ao perfil das residentes no estado do Rio Grande do Sul? Esta pergunta não pode ser respondida, pois não há dados suficientes em relação a elas junto aos institutos de pesquisas censitários, como o IBGE. A identidade de gênero não é considerada como uma variável para as perguntas domiciliares que são realizadas pelo instituto, desta forma não é possível dimensionar o número de travestis ou transexuais que vivem no estado, e se quer compará-la com esta variável.

GRÁFICO 2 – PERFIL DA ESCOLARIDADE ENTRE AS ATENDIDAS BRANCAS E NÃO BRANCAS



Fonte: do autor.

O gráfico 2 demonstra que há desigualdades entre as categorias “brancas” e “não brancas”, embora o perfil da escolaridade média das atendidas pela ONG demonstre que a hipótese sobre a “baixa escolaridade” não possa ser confirmada. Pois, entre as “não brancas” o perfil da escolaridade verificada na maioria dos casos foi de “baixa escolaridade” em relação à média nacional. Os impactos destas desigualdades em anos de estudo, podem ser percebidos quanto às ocupações descritas na tabela 4 e gráfico 3.

Na tabela 4 aponte o número de travestis ou transexuais que declaram suas ocupações em relação às categorias da CBO, além disto, criei categorias de análises para permitir uma melhor visualização dos tipos de ocupações que elas estão ocupando no mercado de trabalho.

TABELA 4 – PERFIL DE CATEGORIAS DE OCUPAÇÕES DAS ATENDIDAS

(Continua)

Categorias da CBO	Freq.	Porc. %	Categorias de Análise	Freq.	Porc. %
4211 Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	2	1,4%	Caixa, vendedora	7	5%
5211 Operadores do comércio em lojas e mercados	4	2,9%			
97 * Empresária	1	0,7%			
2618 Fotógrafos profissionais	1	0,7%	Artista, ator, fotógrafo, promoter	5	3,7%
2624 Artistas visuais, desenhistas industriais e conservadores- restauradores de bens culturais	1	0,7%			
2625 Atores	1	0,7%			
2628 Artistas da dança (exceto dança tradicional e popular)	1	0,7%			
3548 Organizador de evento	1	0,7%			
2631 Ministro de culto religioso	3	2,1%	Mãe/Pai de Santo	3	2,2%
1144 Dirigentes e administradores de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos	3	2,1%	Profissão técnica/nível superior	13	9,4%
3132 Técnicos em eletrônica	1	0,7%			
3222 Técnicos e auxiliares de enfermagem	3	2,1%			
3331 Instrutores e professores de cursos livres	2	1,4%			
4110 Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	1	0,7%			
9144 Mecânicos de manutenção de veículos automotores	1	0,7%			
95 * Servidora pública	2	1,4%			
96 * Estudante	5	3,6%	Estudante	5	3,6%
98 * Dona de casa	7	5%	Dona de Casa	7	5,1%
5121 Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	5	3,6%	Doméstica, cozinheira, serviços gerais	14	10,1%
5132 Cozinheiros	1	0,7%			
5143 Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	6	4,3%			
7630 Profissionais polivalentes da confecção de roupas	1	0,7%			
7166 Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)	1	0,7%			
5161 Trabalhadores nos serviços de embelezamento	19	13,9%	Estética	19	13,8%

e higiene					
5198 Profissionais do sexo	65	46,4%	Profissional do sexo	65	47,1%
94 * Aposentada	1	0,7%			
99 * Detenta do sistema carcerário	1	0,7%			
Total Válidos	140	100%	Total Válidos	138	100%

Nota: as ocupações descritas com as numerações 96, 97,98 e 99 não são ocupações categorizadas pela CBO. Porém, foram mantidas na tabela de acordo com as categorias êmicas.

Fonte: do autor.

Ao observar esta tabela identifiquei que embora haja uma pluralidade de categorias de ocupações assinaladas, a maioria das travestis e transexuais deste universo estão classificadas em ocupações de acordo com o código cinco da CBO. Esta classificação é determinada pelas seguintes premissas.

GG 5 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS, VENDEDORES DO COMÉRCIO EM LOJAS E MERCADOS

Este grande grupo compreende as ocupações cujas tarefas principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para as prestações de serviços às pessoas, serviços de proteção e segurança ou a venda de mercadorias em comércio e mercados. Tais atividades consistem em serviços relacionados a viagens, trabalhos domésticos, restaurantes e cuidados pessoais, proteção às pessoas e bens e a manutenção da ordem pública, venda de mercadorias em comércio e mercados. A maioria das ocupações deste grande grupo requer competências de nível [...] Este grande grupo não compreende: Trabalhadores de prestação de serviços e do comércio cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas ou de nível superior (BRASIL, 2015. C).

Ou seja, para desempenhar estas funções não se faz necessário conhecimento de nível técnico especializado ou acadêmico, somente a experiência ou vivência na área se faz suficiente para garantir o desempenho destas atividades. Neste “Grande Grupo Ocupacional” estão contempladas as categorias dos códigos 5121, 5132, 5143, 5161, 5211 e 5198 que correspondem a 77,80% das ocupações declaradas. Sendo que deste número 59,64% correspondem as profissionais do sexo (5198).

O número de profissionais do sexo autodeclaradas foi de 65 pessoas, ao equiparar este dado ao universo de 140 casos válidos, verifica-se que corresponde a 46,43% do total, sendo este um dado relevante. Porém, quando se observa os “Grandes Grupos Ocupacionais” encontra-se 53,57% de travestis ou transexuais ocupando outras categorias ou subcategorias de

ocupações. Este dado demonstra que, embora existam determinantes sociais que direcionem estas identidades de gênero para a prostituição, ocorre que este fenômeno não acontece na maioria dos casos desta pesquisa. Visto que, no universo pesquisado estas identidades de gênero estão ocupando outras categorias ocupacionais, como as dos códigos: 1144, 2624, 2625, 2628, 2631, 3131, 3331, 3548, 4110 e 4111 que normalmente são ocupados por profissionais com qualificação de nível técnico e/ou acadêmico; ou, 7166, 7630 e 9144 que normalmente são ocupados por profissionais do gênero e sexo masculino correspondente ao modelo de masculinidade hegemônica.

Embora no universo desta pesquisa observa-se que as travestis e transexuais estejam ocupando categorias que exijam maior qualificação, ao observar as categorias de análise da tabela 3 se pode verificar que somente 9,4% dos 138 casos válidos correspondem a ocupações que exigem uma “média/alta escolaridade” para o seu desempenho. Sendo assim, posso inferir que em média elas estariam ocupam ocupações que exijam baixa escolaridade.

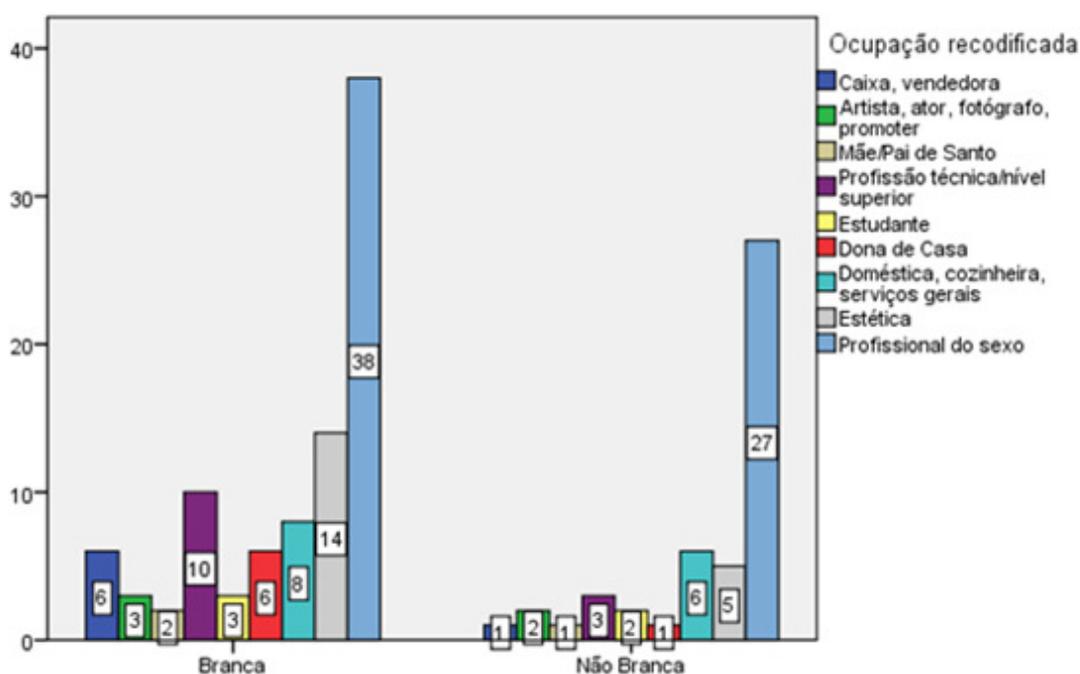
E sobre esta constatação é possível indagar sobre a seguinte questão, se em média as travestis e transexuais atendidas pela associação possuem uma “média/alta escolaridade”, o por que este dado não corresponde as ocupações esperados para a qualificação dispensada? Estariam aqui os efeitos oriundos do modelo de masculinidade hegemônica? Seriam estas vítimas da transfobia? Ou, existiria um determinismo social imposto para que elas venham a ocupar somente estas modalidades de ocupações?

Na Tabela 4 observei que entre as “Grandes Categorias Ocupacionais” não foram localizadas travestis ou transexuais com ocupações ligadas a vida rural, industrial e militar. Desta constatação surgiram duas hipóteses, ou as travestis e transexuais atendidas pela associação não gostam destas ocupações ou estas categorias seriam diretamente afetadas pelo modelo heteronormativo. Estas hipóteses não podem ser confirmadas a partir dos dados desta pesquisa, porém observando as características descritas nos processos de construção social da identidade de gênero de travestis e transexuais no subcapítulo 2.2 e a construção social do modelo de masculinidade hegemônica no subcapítulo 2.1, acredito que as duas hipóteses podem estar certas. Porém, independente da confirmação ou não desta hipótese, verifico que a partir da constatação deste dado sobre as suas atendidas, a ONG Igualdade RS poderá, se

desejado, propor o desenvolvimento de ações e projetos que visem à empregabilidade de suas atendidas junto às instituições que representam estas categorias.

Ao observar o gráfico 3 é possível verificar que, a cor da pele e raça de uma travesti ou transexual não é apenas determinante quanto a sua escolaridade, mas também frente as formas de ocupação que venham a empregar no mercado de trabalho. Pois, entre as “brancas” identifiquei que existe uma maior variabilidade entre as ocupações desempenhadas, ou seja, embora para desempenhar estas ocupações não se exija a “média/ alta escolaridade” que estas possuem, ainda assim elas têm a possibilidade de estarem ocupando outros espaços sociais em suas tarefas. Enquanto que as “não brancas” praticamente lhes restam à ocupação de profissional do sexo, existindo uma baixa variabilidade entre as ocupações descritas.

GRÁFICO 3 - PERFIL DE CATEGORIAS DE OCUPAÇÕES ENTRE AS ATENDIDAS BRANCAS E NÃO BRANCAS



Fonte: do autor.

Para concluir o perfil das travestis e transexuais atendidas pela ONG em relação às variáveis presentes na “Ficha de Cadastro” é necessário apresentar as localizações geográficas

de residência autodeclaradas por elas. Sendo possível, através desta variável, testar uma das hipóteses iniciais desta pesquisa, sobre estarem elas vivendo em grandes centros urbanos.

Para demonstrar no território do Rio Grande do Sul as dimensões em relação às cidades de residência, optei por utilizar o sistema de classificação de microrregiões e mesorregiões do IBGE (IBGE, 2015. C). A partir do cruzamento das informações do banco de dados em relação a variável “Local de residência” identifiquei a existência de 41 cidades de origem das quais ao menos uma travesti ou transexual foi atendida pela associação no período. Esta informação pode ser melhor visualizada no quadro 4. E na Tabela 5 podem ser visualizadas as dimensões geográficas dos atendimentos realizados pela associação.

TABELA 5 – PERFIL DE MICRORREGIÃO E MESORREGIÃO DE RESIDÊNCIA DAS ATENDIDAS

Microrregiões IBGE	Freq.	Porc. %	Mesorregiões IBGE	Freq.	Porc. %
430101 Santa Rosa	1	0,6%	4301 Noroeste Rio-Grandense	4	2,3%
430103 Frederico Westphalen	1	0,6%			
430109 Palmeira das Missões	1	0,6%			
430112 Não-Me-Toque	1	0,6%			
430216 Caxias do Sul	4	2,3%	4302 Nordeste Rio-Grandense	4	2,3%
430317 Santiago	1	0,6%	4303 Centro Ocidental Rio-Grandense	7	4%
430318 Santa Maria	6	3,5%			
430420 Santa Cruz do Sul	3	1,7%	4304 Centro Oriental Rio-Grandense	6	3,5%
430422 Cachoeira do Sul	3	1,7%			
430523 Montenegro	1	0,6%	4305 Metropolitana de Porto Alegre	132	76,3%
430524 Gramado-Canela	1	0,6%			
430525 São Jerônimo	2	1,2%			
430526 Porto Alegre	124	71,7%			
430527 Osório	2	1,1%			
430528 Camaquã	2	1,1%			
430629 Campanha Ocidental	5	2,9%			
430631 Campanha Meridional	2	1,1%	4306 Sudoeste Rio-Grandense	7	4%
430732 Serras de Sudeste	1	0,6%	4307 Sudeste Rio-Grandense	13	7,5%
430733 Pelotas	3	1,7%			
430734 Jaguarão	2	1,2%			
430735 Litoral Lagunar	7	4%			
Total	173	100%			

Fonte: do autor.

Nesta tabela, a cidade de Porto Alegre representa uma microrregião que inclui a capital e as cidades da região metropolitana, totalizando 124 atendidas neste território. De acordo com o banco de dados entre as atendidas são 95 residentes na capital e 29 nas cidades da região metropolitana. Em relação à proporção dos 173 casos válidos no estado do Rio Grande do Sul a cidade de Porto Alegre corresponde a 54,91% dos casos. Na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, que inclui a capital nesta contagem, esta região é responsável por 76,3% dos atendimentos, ou seja, as atendidas residem nesta região. Então, a partir destes dados é possível inferir que as travestis e transexuais alvos desta pesquisa, residem próximos a um grande centro urbano, confirmando uma das hipóteses iniciais.

Porém, o dado que considerei mais relevante deste tópico, foi confirmar que as travestis e transexuais estão vivendo longe aos grandes centros urbanos, pois no interior do estado do Rio Grande do Sul em todas as mesorregiões foram localizadas usuárias dos serviços da instituição. Isto além de demonstrar a abrangência da atuação da ONG Igualdade RS, também quer dizer que elas estão residindo nestes locais e resistindo a possibilidade de migrarem para a capital.

Ao longo do desenvolvimento do banco de dados da ONG Igualdade RS, senti a necessidade de observar o fenômeno da migração destas identidades de gênero para os grandes centros, dos quais já havia lido na bibliografia, porém a partir dos dados existentes não consegui verificar a existência deste movimento dentro do universo das atendidas pela instituição. Portanto, no “Formulário de Atendimento da ONG Igualdade RS” no Google Forms, criei uma variável que permitirá que os próximos pesquisadores e a ONG possam analisar a existência e o comportamento deste fenômeno, que foi a variável “Cidade de nascimento”. Com esta informação, em um futuro próximo, a associação poderá apresentar as instituições e órgãos governamentais informações sobre o fenômeno da migração de travestis e transexuais do interior do estado para a capital, podendo formular ações e projetos para minimizar as dificuldades que elas enfrentam ao se submeter a este processo, que as direciona para longe de suas redes de solidariedade, como familiares, amigos, conhecidos, etc. E por orientação da banca que avaliou este trabalho, inclui a seguinte questão de forma aberta para colaborar com as análises desta questão: “O por que você saiu da sua cidade de nascimento para a atual cidade de moradia?”.

Friso que a hipótese sobre as travestis e transexuais não terem acesso aos serviços de saúde não pode ser testada, pois a partir dos dados extraídos em campo não foram apresentadas variáveis para que esta análise fosse realizada. Desta forma, optei por descartar a análise direta desta, embora no subcapítulo 2.3.1 seja apresentado um documento disponibilizado pelo Ministério da Saúde que demonstre a plena atividade da ONG Igualdade RS em relação às atividades assistenciais a saúde para com as suas atendidas. Porém, em relação aos dados disponibilizados no banco de dados remissivos aos formulários, não foram localizadas variáveis para que esta fosse objetivamente analisada.

Para finalizar a análise dos resultados, oriundo da “Ficha de Atendimento”, apresento o perfil etário das travestis e transexuais que solicitaram o auxílio para retificação do nome civil por intermédio da parceria existente entre a ONG Igualdade RS e a SAJU/UFRGS. O total de casos eram 71, porém foram reduzidos a 59 casos, pois 12 destes não apresentavam a data de nascimento. A média de idade registrada foi de 33 anos, com desvio padrão de 9,31 anos, mediana de 31 anos (mínimo, 19 anos, máxima, 65). Em linhas gerais o perfil etário das usuárias deste serviço assemelha-se ao perfil geral das atendidas pela associação.

Em virtude dos dados mencionados, friso que a troca do pronome de tratamento de “o” para “a” vem a ser uma importante conquista para as travestis e transexuais, bem como a retificação do nome civil que tem sido assegurada através de decisões judiciais. Ambas as conquistas têm possibilidade a esta população minimizar os efeitos oriundos da transfobia e demais formas de preconceito de que são alvo. Lembro-me de uma passagem do livro de Pelúcio (2009) que relata o acontecido em uma das ações de distribuição de preservativo na zona de prostituição da cidade de São Carlos, onde ela perguntou a uma travesti o por que ela não mais teria ido buscar “camisinhas” em um posto de saúde. Então, a travesti responde que não mais teria ido buscar, pois quando chegava ao local os profissionais que lá estavam a olhavam e começam a caçoar pelos cantos, além de chamá-la pelo nome de batismo presente no documento na frente de todos. Acrescento esta passagem, para exemplificar uma das formas de violência que as travestis são alvo, por não portarem o devido nome do gênero que as identifica. A partir de situações como essas, elas são privadas de inúmeros direitos, sendo direcionadas para zonas de exclusão.

Para concluir, faço um breve relato sobre o que descobri do perfil das travestis e transexuais atendidas pela ONG Igualdade RS entre o período de 2013 a 2014. De modo geral, identifiquei que são uma população adulta, variando a média de idade entre 22 e 44 anos, considerando uma mediana de 31 anos. O perfil da cor da pele e raça das atendidas são na maioria dos casos “brancas” correspondendo a 66,9% dos casos válidos, porém esta qualificação não exclui as “não brancas” que correspondem a 33,1% das atendidas. A escolaridade é proporcional à cor da pele ou raça, ou seja, as “brancas” possuem uma escolaridade superior as “não brancas”, respectivamente, “média/alta escolaridade” e “baixa escolaridade” em relação à média nacional dos brasileiros. No entanto, embora as “brancas” possuam uma escolaridade proporcional a maior parte da população brasileira, no mercado de trabalho esta qualificação não representa que elas estarão melhor colocadas no mercado de trabalho. Desta forma, se pode observar nos dados exemplificados nos parágrafos anteriores, que elas estão empregadas de modo geral em ocupação que não exigem “média/ alta escolaridade”. Em relação à localização geográfica, se observa que em geral vivem na capital ou região Metropolitana de Porto Alegre, porém a abrangência da atuação da ONG foi registrada em todas as mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de intervir no banco de dados da ONG Igualdade RS, transformando-o do formato analógico para o digital, foi cumprido. Deste trabalho foram resultantes um formulário único nomeado de “Formulário de Atendimento da ONG Igualdade RS” (anexo 5), que direciona as informações preenchidas para o banco de dados no Google Forms, onde essas ficam disponíveis para análises fáceis pela associação através de planilhas, gráficos e tabelas. Este documento foi elaborado através dos procedimentos descritos no capítulo 3, com a pretensão de melhorar o desempenho da associação na apresentação de seus resultados para as entidades financiadoras de projetos. Neste material foram reformuladas as perguntas e respostas, com o intuito de torná-las comparáveis com as variáveis utilizadas por instituições oficiais, como a classificação de “cor da pele e raça” utilizada pelo IBGE.

A partir das variáveis extraídas das “Fichas de Cadastro” e “Fichas de Atendimento”, que são representativas de parte das atividades que a associação desempenhou entre os anos de 2013 e 2014, foi traçado o perfil das travestis e transexuais atendidas pela associação neste período. O cruzando das variáveis em relação à primeira ficha foi: idade, escolaridade, ocupação, cidade e estado de residência; e da segunda ficha foi possível extrair somente o perfil etário em relação ao serviço de retificação do nome civil.

Entre os resultados da análise do perfil, identifiquei que em média as atendidas são predominantemente “brancas”, adultas entre 22 e 44 anos, com escolaridade média ou alta, com ocupações profissionais que não exigem o nível de escolaridade correspondente, entre as ocupações autodeclaradas ocorre uma alta variabilidade e, embora estejam residindo em outras cidades do interior do estado, a maioria reside na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. No entanto, ao estratificar os dados entre “brancas” e “não brancas” os resultados apresentam dados antagônicos em relação à parte destas categorias, enquanto as primeiras acessam em maior quantidade os serviços da associação, as outras representam menos 1/3 do universo; a idade média das “brancas” varia entre 27 a 32 anos, enquanto as “não brancas” possuem em média até 26 anos; quando a escolaridade, a maioria das “brancas” possuem anos de estudos equivalentes à média/ alta escolaridade, enquanto que as outras estão categorizadas como baixa

escolaridade; quanto à variabilidade dos tipos de ocupações profissionais, as “brancas” possuem uma alta variabilidade em comparação as “não brancas”, em que 56,25% dos casos válidos estão profissionais do sexo.

As diferenças sinalizadas nos gráficos apresentados no subcapítulo 4.2, evidenciam a existência do fenômeno de subalternização entre os atores sociais das identidades de gênero citadas. Ou seja, não ser branca neste universo pode ser considerado um determinante para que os atores sociais desta categoria venham a ter dificuldade para acessar em equidade os mesmos serviços da instituição, anos de escolaridade e ocupações profissionais. A partir desta constatação problematizo sobre o perfil das travestis e transexuais atendidas pela ONG, o por que elas seriam em sua maioria “brancas”?

Já sobre as “não brancas” que deixaram de buscar atendimento na instituição, fiz as seguintes indagações: quais seriam as dificuldades enfrentadas para acessarem aos serviços? Estariam elas privadas do acesso aos serviços da instituição por determinantes sociais? Quais seriam estes? Qual seria o perfil etário destas? Onde será que elas nasceram e residem? Elas teriam saído de suas cidades de nascimento para outras cidades? Quais seriam os motivos de sua migração? Qual seria a média de remuneração destas? Estariam elas empregando sua força de trabalho em mais de uma ocupação? Enfim, senti a necessidade de conhecer as motivações que determinaram para que este perfil das “não brancas” seja tão pouco representativo em relação ao senso realizado das atendidas pela associação. Porém, sobre este tema, sugiro que seja objeto de uma próxima pesquisa, visto que há relevância social e os resultados poderão ser utilizados para que a associação venha a desenvolver estratégias para minimizar os efeitos deste fenômeno constatado.

Portanto, os resultados deste trabalho foram superados em relação a sua inicial previsão de impacto. Junto a ONG foi desenvolvido uma ferramenta eficiente de pesquisa, que permite desenvolver análises sobre os dados existentes. E sobre os dados analisados foram identificadas informações pertinentes sobre o perfil das atendidas, possibilitando comparações com outras realidades sociais. Sobre as hipóteses que foram testadas, cito as que foram confirmadas: de estarem trabalhando em ocupações de baixa escolaridade, da região de residência ser próxima aos grandes centros urbanos e da possibilidade de existir diferenças entre o perfil de “brancas” e “não brancas”. Já a hipótese sobre a escolaridade foi valseada,

visto que a maioria das travestis e transexuais pesquisadas apresentaram uma média/ alta escolaridade. Em relação às hipóteses sobre ter menos acesso a informação e aos serviços de saúde, não puderam ser diretamente confirmadas ou valseadas.

Por fim, quanto às informações reveladas por este estudo, acredito que a instituição poderá utiliza-las para promover ações direcionadas e justificar a linha de atuação de alguns projetos desenvolvidos e a serem desenvolvidos pela mesma. E para a comunidade acadêmica estas informações são relevantes, pois apresentam o retrato sobre as travestis e transexuais atendidas pela maior entidade do Rio Grande do Sul a tratar sobre a temática, criando a possibilidade que outros pesquisadores venham a utilizá-las para elaboração de novas pesquisas. Estas informações, também poderão ser utilizadas politicamente em prol do reconhecimento de direitos da população citada, afastando os determinismos que o senso comum as reserva.

REFERÊNCIAS

AMERICA PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders)**. Disponível em: <http://www.dsm5.org/>. Acessado em: 16/04/2015.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278 f. Tese de Doutorado em Educação - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acessado em: 10/05/2014.

ASSOCIACIÓN TRAVESTIS TRANSEXUALES TRANSGÉNEROS DE ARGENTINA. **Ley n° 26743 – Denominada Ley de Identidad de Género**. Disponível em: <http://attta.org.ar/>. Acessado em 24/04/2015.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplica às ciências sociais**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012. 8 ed. Ver. 315 p.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BENTO, Berenice. 2012. **Carta Aberta: Contra a Patologização das Identidades Trans**. Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2012/06/20/carta-aberta-contra-a-patologizacao-das-identidades-trans/> . Acessado em: 10/02/2014.

BOER, Alexandre. (Org). **Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre**. Porto Alegre: Igualdade, 2003. 166 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação dos Direitos Humanos LGBT – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. **Resolução n° 12, 16 de janeiro de 2015**. Regula o uso do nome social nas instituições de ensino pública e privadas. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acessado em: 10/10/2014.

BRASIL (A). Secretária dos Direitos Humanos da presidência da República. **Relatório de Violência Homofóbica – ano de 2012**. <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acessado em 10/01/2015.

BRASIL (B). Ministério da Saúde. **Portal da Transparência**. Disponível em: <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/index.jsp?CodigoOrgao=36000&TipoOrgao=1&consultas=0> . Acessado em 15/04/2015.

BRASIL (C). Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/>. Acessado em: 25/05/2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n° 1.820, de 13 de agosto de 2009**. Regula o uso no nome social nas entidades de saúde ligadas a Administração Federal. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acessado em: 10/10/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n° 2.803, 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html .Acessado em: 10/10/2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010.** Regula sobre o uso do nome social para servidores públicos de entidades ligadas a Administração Federal. Disponível em: ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsessp/bibliote/informe_eletronico/2010/iels.mai.10/Iels94/U_PT-MPOG-GM-233_180510.pdf . Acessado em: 10/10/2014.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo Sexual.** Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, Maceió, v. 1, n. 05, p. 131-147. 2010. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08_carrara.pdf. Acessado em 11/10/2014.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 1.955, 3 de setembro de 2010.** Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm. Acessada em 10/10/2014.

DICIONÁRIO MÉDICO. **Conceito de Disforia.** Disponível em: <http://www.xn--dicionariomdico-0gb6k.com/>. Acessado em: 24/04/2015.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** Rio de Janeiro: Garamond Seção Garamond Universitária, 2005.

FERREIRA, Tiago da Silva. **“NASCEMOS ASSIM!”: o movimento LGBT brasileiro e o perigo da estratégia essencialista (1978-2012).** Revista Eletrônica História em Reflexão da UFGD, Dourados, v. 7, n. 13, p. 1 – 20. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/2505/1457>. Acessado em: 16/04/2015.

FOUCAULT, Michel. **A história das Sexualidades II - o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1998. 232 p.

GIONGO, Carmem Regina. et al. **Travestis e Transexuais Profissionais do Sexo: Implicações da Psicologia.** Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 32, n. 4, p. 1000-1013. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n4/v32n4a17.pdf>. Acessado em: 12/12/2014.

GOOGLE FORMS. **Sobre o Google Forms.** Disponível em: <http://www.google.com/forms/about/> Acessado em: 07/11/2014.

IBGE (A). **Características Étnico- Raciais da População Brasileira.** Disponível em: http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_pdf.shtm. Acessado em: 24/04/2014.

IBGE (B). **Síntese dos Indicadores Sociais.** Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf . Acessado em 01/06/2015.

IBGE (C). **Divisão regional do Brasil em Microrregiões e Mesorregiões.** Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf . Acessado em: 24/04/2015.

JAYME, Gonzaga Juliana. **Travestis, Transformistas, Drag Queens, Transexuais: montando corpo, pessoa, identidade e gênero.** In: CASTRO, Ana Lúcia. (Org.). Cultura, contemporânea, identidade e sociabilidades. Olhares sobre o corpo, mídia e novas tecnologia. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010. P. 167 – 196. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/218406019/Cultura-comtemporanea-identidades-e-sociabilidade#scribd>. Acessado em: 01/12/2014.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103 – 117. 1998.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. 280 p.

LAURENTINE, Ruy. **Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças.** Revista Saúde Pública, São Paulo, v. 18, n. 5. 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101984000500002&script=sci_arttext. Acessado em: 02/02/2015.

LEAL, Andréa Fachel. **“No peito e na raça” – a construção da vulnerabilidade de caminhoneiros: um estudo antropológico de políticas públicas para HIV/AIDS no Sul do Brasil.** Porto Alegre. 2008. 251 f. Tese de doutorado – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15570/000685572.pdf?...1>. Acessado em 10/04/2015.

MOTT, Luiz. **História da Homossexualidade no Brasil: Cronologia dos Principais Destaques.** In X ENCONTRO BRASILEIRO DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS, nº5, 2001. Maceió. 25/10/2001. Disponível em: http://www.ggb.org.br/cronologia_movimento_homossexual.html . Acessado em: 01/03/2015.

ONG IGUALDADE RS. **Site da ONG Igualdade RS.** Disponível em: www.aigualdaders.org. Acessado em: 10/05/2014.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS.** São Paulo: Annablume-Fapesp, 2009. 264 p. Disponível em: <http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/LARISSA-PELUCIO-Abje%C3%A7%C3%A3o-e-desejo.pdf> . Acessado em 01/06/2014. **PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Carta dos Princípios de Yogyakarta.** Disponível em: http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acessado em 10/04/2015.

REIS, Izis Morais Lopes dos. **Uma arena de negociações e conflitos: análise das instituições estatais sobre a política de saúde para as pessoas trans no Brasil.** Revista Interseções, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 48-71. 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/viewFile/9416/7305>. Acessado em: 16/04/2015.

ROSA, Milton; OREY, Daniel Clark. **O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 38, n. 04, p; 865-879, out/dez, 2012.

TORRES, Marco Antônio. **A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas.** Revista Cronos - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. v. 2, n. 2, p. 41-61. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2153>. Acessado em 15/03/2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (A). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – Versão CID - 10 (do inglês *Diagnostic and Statitital Manual Of Mental Disorders*).** Disponível em: <http://www.who.int/classifications/icd/icd10updates/en/#>. Acessado em: 16/10/2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (B). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – Previsão de Versão CID - 11 (do inglês *Diagnostic and Statitital Manual Of Mental Disorders*).** Disponível em: <http://www.who.int/classifications/icd/revision/en/#>. Acessado em: 16/10/2014.

ZAMBRANO, Elisabeth. **Trocando os documentos: Transexualismo e Direitos Humanos**. In: Lima, Roberto Kant de. (Org.). *Antropologia e Direitos Humanos 3 - Prêmio ABA/FORD*. Niterói: EdUFF, 2005. P. 69-131.

ANEXOS

ANEXO 1 – “Ficha de Cadastro”.



FICHA DE CADASTRO

IDENTIFICAÇÃO:

Conhecido(a) como:.....

RG:

CPF:

Local de Origem:

Data de nascimento: :.....

Fone para contato:

Raça/Cor:.....

Escolaridade:.....

Onde Trabalha:.....

ANEXO 2 – “Ficha de Atendimento”.



FICHA DE ATENDIMENTO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Conhecido(a) como:.....Data Nascimento:.....

RG: CPF:

Endereço:

Nome do Pai:

Nome da Mãe:

Outra pessoa para contato :.....

Endereço:

Fone para contato:

Data do 1º atendimento:

Síntese do caso:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ANEXO 3 – “X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros”. Acontecido em Maceió no ano de 2001. Panorama feito pelo pesquisador e atual diretor da ONG Grupo Gay da Bahia o Dr. Luiz Mott”.

Grupo Gay da Bahia - GGB

Página 1 de 3



SEXUALIDADE
não é só

O GGB :: SEJA MAIS UM FILIADO :: FAÇA SUA DOAÇÃO :: ggb@ggb.org.br

Home
Saúde
Movimento GLBT
Grupos GLT
Editorial
Legislação
Direitos Humanos
Orientações
Caderno Cultural
Educação
Agenda 2004
Notícias
Artigos-Opinião
Acontece
Nossas publicações
Turismo
Sociedade
Destaque
Marcelo Cerqueira
Sites
Projetos
Roteiros e serviços

HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL: CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Luiz Mott

X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, Maceió, 25-10-2001

- 1500: Ao desembarcar no Brasil, os portugueses encontram muitos índios e índias praticantes do “abominável pecado de sodomia”
- 1532: Nas Cartas Régias de doação das capitanias hereditárias el Rei determina a pena de morte aos sodomitas sem ter de consultar à Metrópole
- 1547: Estêvão Redondo, jovem criado de Lisboa é o primeiro homossexual degredado para o Brasil (Pernambuco)
- 1557: Jean de Lery refere-se à presença entre os Tupinambá de índios “tibira”, praticantes do pecado nefando de sodomia, *Viagem à Terra do Brasil*
- 1575: André Thevet refere-se a presença de “berdaches” (índios travestidos) entre os Tupinambá, *Singularités de la France Antarctique*
- 1576: “Há índias entre os Tupinambá que se comunicam como marido e mulher”, Pero M. Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*
- 1580: Isabel Antônia, natural do Porto, é a primeira lésbica a ser degredada para o Brasil (Bahia), processada pelo Bispo de Salvador
- 1580: Fernão Luiz, professor mulato, morador na Bahia, matou seu jovem parceiro e sua família para não ser denunciado à Inquisição: é a primeira reação conhecida de um sodomita do Brasil para escapar da ameaça da Inquisição
- 1586: Gaspar Roiz, feitor e soldado, da Bahia, suborna um padre para queimar o sumário de culpas que o acusava de sodomia é a segunda reação conhecida de um sodomita contra a repressão inquisitorial
- 1587: “Os Tupinambá são muito afeiçoados ao pecado nefando”, Gabriel Soares de Souza, *Tratado Descritivo do Brasil*, (Bahia)
- 1591: Padre Frutuoso Álvares, primeiro homossexual a ser inquirido pela Inquisição no Brasil (Bahia)
- 1591: Francisco Manicongo, escravo africano, primeiro travesti do Brasil, Salvador
- 1592: Felipa de Souza, a primeira lésbica a ser açoitada publicamente pela Inquisição no Brasil (Bahia)
- 1613: Índio Tibira Tupinambá do Maranhão, é executado como bucha de canhão pelos capuchinhos franceses (São Luís, Maranhão) Primeiro homossexual condenado à morte no Brasil
- 1621: No *Vocabulário da Língua Brasileira*, dos Jesuítas, aparece pela primeira vez referência a “Çacoaimbeguira: entre os Tupinambá, mulher macho que se casa com outras mulheres”
- 1678: Moleque escravo de um Capitão de Sergipe é açoitado até à morte quando se descobre que era sodomita. Segundo gay executado no Brasil
- 1821: Extinção da Inquisição e fim da pena de morte contra os sodomitas
- 1826: Morre a Imperatriz Leopoldina, que trocou diversas cartas de amor com sua ex-dama de companhia, Maria Graham
- 1830: Código Penal do Império Brasileiro exclui o crime de sodomia
- 1859: Publicação do livro *O Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, o primeiro romance das Américas a tratar de forma realista do homoerotismo
- 1894: termo *lésbica* é publicado no Brasil pela 1ª vez em *Atentados ao Pudor*, Viveiros Castro
- 1906: o termo homossexual é publicado no Brasil pela 1ª vez em Pires de Almeida, *Homossexualismo, a libertinagem no Rio de Janeiro*
- 1910: João do Rio, gay assumido, é eleito imortal da Academia Brasileira de Letras
- 1914: Publicação do livro *O Menino Gouveia*, primeiro conto homoerótico brasileiro
- 1932: prisão de 195 homossexuais pela Polícia Civil do RJ para serem objeto de estudo do Dr. Leonídio Ribeiro, do Instituto de Identificação
- 1932: Suicida-se Santos Dumont, inventor do avião e o brasileiro mais conhecido internacionalmente, reputado e referido em diversos livros como homossexual
- 1945: Morre Mário de Andrade, destacado escritor e crítico de arte, apelidado “miss S.Paulo”

- 1959: primeiro jornal gay do Brasil "Snobe", RJ
- 1971: primeira operação transexual no Brasil realizada pelo Dr. Roberto Farina
- 1977: João Antônio Mascarenhas, advogado gaúcho residente no Rio de Janeiro, convida Winston Leiland, Editor do *Gay Sunshine*, de S. Francisco, para conferências no Brasil: é o primeiro ato político de fundação do Movimento Homossexual Brasileiro
- 1978: João Antônio Mascarenhas e outros homossexuais fundam o jornal *Lampião*, que contou com 37 números, extinguindo-se em 1981
- 1978: Fundação do primeiro grupo homossexual brasileiro: Somos (S. Paulo), primeira aparição pública na USP em 2/1979
- 1979: Fundação do Grupo de Atuação e Afirmação Gay, Baixada Fluminense, RJ
- 12/1979, RJ: I Encontro de Homossexuais Militantes, 9 grupos: Somos/RJ, Auê, Somos/SP, Libertos Guarulhos, Grupo de Atuação e Afirmação Gay/Caxias, Somos/Sorocaba, Grupo Lésbico-Feminista, Beijo Livre Brasília, Terceiro Ato/BH
- 1980: Fundação do Grupo Gay da Bahia (Salvador) hoje o mais antigo grupo homossexual em funcionamento na América Latina
- 1980: Primeira passeata com participação de homossexuais em SP
- 4/1980, SP: I EBHO, Encontro Brasileiro de Homossexuais, 8 grupos: Somos/SP, Somos/Sorocaba, Libertos, GLF, Eros/SP, Somos/RJ, Auê/RJ, Beijo Livre
- 12/1980, RJ: Prêvia do II EBHO, 15 grupos: Somos/RJ, Auê, Bando de Cá/Niterói, Somos/SP, Outra Coisa/SP, Eros/SP, Convergência Socialista/SP, GALF, Terra Maria, Alegria-Alegria, Grupo de Opção e Liberdade Sexual/Santo André, GGB, Grupo de Atuação Homossexual de Pernambuco (GATHO)
- 1980: Gilberto Freire, célebre sociólogo pernambucano, é o brasileiro mais ilustre a assumir já ter mantido relações homoeróticas
- 1980: Morre Pascoal Carlos Magno, teatrólogo e embaixador, fundador do Teatro do Estudante do Brasil, RJ, homossexual assumido e discriminado pelo Itamaraty no tempo da Ditadura
- 1981: Primeira celebração do dia do orgulho gay no Brasil, iniciativa do Grupo Gay da Bahia Salvador 289-6-1981
- 1981: Início da campanha contra o Código 302.0 da OMS que rotulava o homossexualismo como desvio e transtorno sexual 16 mil assinaturas
- 1981: CONAR determina a retirada do ar propaganda homofóbica na TV de Salvador
- 4/1981, Olinda: I EGHON, Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste, 5 grupos: GATHO, Nós Também/Pb, Dialogay, GGB, Adé Dudu/Ba
- 1982: Primeiro folheto de prevenção da Aids produzido por um grupo gay (GGB)
- 1982: Aprovadas moções de apoio aos homossexuais pela SBPC, ABA, Anpocs, ABEP
- 4/1982, SP: I EPGHO, Encontro Paulista de Grupos Homossexuais, 4 grupos: Alegria-Alegria, GALF, Outra Coisa, Somos
- 1983: Primeira ong/gay, o Grupo Gay da Bahia, a ser registrada como sociedade civil depois de batalha jurídica contra o cartório que resistia registrar um grupo homossexual sem autorização da Polícia Federal
- 1983: Rosely Roth, líder do Grupo de Atuação Lésbico-Feminista, S(P) a primeira lésbica a se assumir na televisão brasileira
- 1984: Câmara Municipal de Salvador comemora pela primeira vez no Brasil o Dia do Orgulho Gay
- 1/1984, Salvador: II EBHO, 5 grupos: GGB, Dialogay, GATHO, GLH, Adé Dudu
- 1985: Conselho Federal de Medicina retira homossexualismo da classificação de doenças Uma das principais vitórias do Movimento Homossexual Brasileiro
- 1986: Grupo Triângulo Rosa, do RJ, GGB e Libertos (SP) iniciam campanha junto à Constituinte pela inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição
- 1986: Publicação do livro *Devassas no Paraíso*, de João Silvério Trevisan, obra pioneira e a mais completa sobre a homossexualidade masculina no Brasil
- 1987: GGB é a 1ª Ong/gay a ser declarada de Utilidade Pública Municipal
- 1987: Publicação do livro *O Lesbianismo no Brasil*, de Luiz Mott, obra pioneira e mais completa sobre a homossexualidade feminina
- 1987: João Antônio Mascarenhas é o primeiro homossexual brasileiro a ser convidado a falar no Congresso Nacional, para debater com os Constituintes sobre a inclusão da orientação sexual na Constituição
- 1988: GGB passa a integrar Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde
- 1/1989, RJ: III EBHO, 6 grupos: Atobá, Grupo de Resistência Asa Branca/CE GRAB, Dialogay, GGB, Comunidade Pacifista, Movimento Antônio Peixoto(PE)
- 1990: Salvador é a primeira cidade da América Latina a proibir discriminação por orientação sexual na Lei Orgânica Municipal, seguida de mais 72 Municípios e nas Constituições de Sergipe e Mato Grosso
- 1/1990, Aracaju: IV EBHO, 6 grupos: Dialogay, GGB, Atobá, GRAB, Free(PI), NIES(RJ)
- 11/1991, Recife: V EBHO, 6 grupos: Movimento Antônio Peixoto, Atobá, Dialogay, GGB, GRAB, Um Outro Olhar, e Toni e David (futuros fundadores do Dignidade/PR)
- 5/1992, RJ: VI EBHO, 11 grupos: Atobá, GRAB, Dialogay, GGB, Movimento Homossexual de Belém, Grupo Gay do Amazonas, UOO, Deusa Terra, Dignidade, Turma OK/R, Associação Gay de Nova Iguaçu, Triângulo Rosa(RJ)
- 3/1993, BH: I Encontro Mineiro, 45 pessoas e 2 grupos: Dialogay e Núcleo de Orientação e Saúde Sexual/RJ
- 1993: Grupo Dignidade/PR, 1º a ser declarado de Utilidade Pública Estadual
- 6/1993, Florianópolis: I E.Regional Sul Brasileiro de Homossexuais, 4 grupos: Ass. de

- Defesa e Emancipação Homossexual, Dignidade, Nuances, Cidadania Plena/Paranaguá
- 9/1993, Cajamar/SP, VII Encontro de Lésbicas e Homossexuais, 21 grupos, UOO, Deusa Terra, ETC e tal, Grupo GL/PT, etc
 - 1993: Renildo José dos Santos, Vereador de Coqueiro Seco, AL, é assassinado após bárbara tortura, seu nome foi conferido ao Prêmio da Associação Bissexual da Austrália
 - 1993: Primeiro Encontro Nacional de Travestis, RJ
 - 1995: Fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), em Curitiba, com a presença de 120 participantes, a maior entidade da América Latina
 - 1995: aprovada Lei Municipal contra a discriminação por orientação sexual em Porto Alegre, iniciativa do Grupo Nuances
 - 1/1995, Curitiba: VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, 40 grupos: Dignidade; 34 grupos GL, 3 grupos lésbicos, 3 grupos travestis. Fundação da ABGLT: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis.
 - 1996: Pela primeira vez os homossexuais são citados num documento oficial do Governo, no Plano Nacional de Direitos Humanos
 - 1996: Renato Russo, cantor e compositor, grava disco de apoio ao MHB
 - 1996: Presidente do GGB é convidado pela Presidência da República ao lançamento do Programa Nacional de DH no Palácio da Alvorada
 - 1997: Publicação do primeiro boletim sobre assassinato de homossexuais no Brasil (GGB)
 - 1997: Grupo Dignidade/PR, 1o a ser declarado de Utilidade Pública Federal
 - 1997: Conselho Federal de Medicina autoriza operação de transexuais
 - 2/1997, SP: IX EBGLT, 30 grupos: UOO, Corsa, Caheusp, AMHOR, Arco Iris, Arte de Ser, Astral, Cidadania Gay, Dignidade, Esperança, Expressão, Filadélfia, PSTU, G.Brasileiro de Transexuais, GH de PE, GGAL, GGB, GLB, Habeas Corpus, Ipe Rosa, Dellas, Espírito Lilas, M.Gay Independente, Nuances, GL/PT/GO, GL/PT/SP, Quimbanda:Dudu, RENTRAL, Sapho, 28 de Junho.
 - 1998: Morre João Antônio Mascarenhas, Fundador do Movimento Homossexual Brasileiro
 - 1999: Conselho Federal de Psicologia aprova Resolução proibindo que psicólogos participem de clínicas ou terapias visando "curar" homossexuais
 - 2000: Edson Nérís é barbaramente assassinado na Praça da República em SP, por um bando de neo-nazistas: é o crime homofóbico de maior repercussão nacional
 - 2000: O INSS concede o direito previdenciário de pensão aos parceiros gays por falecimento ou detenção, iniciativa do grupo Nuances de Porto Alegre
 - 2001: Cláudio Nascimento, do Grupo Arco Iris e ABGLT participa da comitiva oficial do Governo Brasileiro na conferência contra o racismo e xenofobia na África do Sul
 - 2001: Assembleias Legislativas de São Paulo e Minas Gerais aprovam Leis contra a homofobia
 - 2001: Fundação da Associação Nacional de Travestis (Antra)
 - 2001: Parada do Orgulho GLBT de São Paulo reúne mais de 250 mil participantes
 - 10/2001, Maceió: X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
 - 2002: O Grupo Gay da Bahia lança o Livro de União Estável Homossexual, reconhecido pelo INSS como documento legal para comprovação de relações estáveis e recebimento de benefícios
 - 2003: Parada Gay de São Paulo reúne mais de um milhão de participantes, é a maior do mundo junto com NY e Madri
 - 2004: Cartórios do RS, PR e outros estados registram união homossexual
 - 2004: lançamento do Programa Nacional Brasil sem Homofobia

Voltar

Grupo Gay da Bahia - GGB
 Rua Frei Vicente, 24 - Pelourinho - Caixa Postal 2552
 CEP 40.022-260. Salvador / Bahia / Brasil

Tel.: (71) 321-1848 / 322-2552 / 322-2176
 Fax: 322-3782

© 2003, Todos os direitos reservados, Grupo Gay da Bahia

ANEXO 4 – “Projetos da ONG Igualdade RS – Associação de Travestis e Transexuais da Cidade de Porto Alegre – junto ao Ministério da Saúde, no período de 2000 a 2013”.

Projetos da ONG Igualdade RS - Associação de Travestis e Transexuais da Cidade de Porto Alegre - junto ao Ministério da Saúde, no período de 2000 a 2013

ANO	Nº	CONCORRÊNCIA	TÍTULO PROJETO	INÍCIO	TÉRMINO
2000	310	Concorrência Abril/2000	CONSTRUINDO IGUALDADE EM SAÚDE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	27/11/2000	26/11/2001
2000	611	Concorrência Novembro/2000	ESTRATÉGIAS DE AUTO CUIDADO E ADESÃO AO TRATAMENTO	25/05/1901	24/06/2002
2001	726	Concorrência Agosto/2001	IGUALDADE INSTITUCIONAL	21/12/1901	20/12/2002
2001	840	Sustentabilidade	CAPACITAÇÃO E AUTO ORGANIZAÇÃO	08/02/2002	31/12/2002
2002	51	Estratégico	IGUALDADE NA PREVENÇÃO COM CAMINHONEIROS	08/02/1902	30/12/2003
2002	127	Continuidade	CONSTRUINDO IGUALDADE EM SAÚDE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	21/03/2002	19/12/2003
2002	267	Eventos	SEMANA DE PREVENÇÃO DA IGUALDADE NO SEU 30º ANIVERSÁRIO	08/05/2002	30/12/2002
2002	732	Estratégico	ESTRATÉGIAS DE AUTO CUIDADO AO TRATAMENTO PARA INCENTIVAR A CIDADANIA DE TRAVESTIS	19/08/2002	30/12/2003
2003	71	Eventos	X ENTLAIDS - ENCONTRO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO RS	30/04/2003	30/12/2003
2003	341	Continuidade	IGUALDADE NA PREVENÇÃO COM CAMINHONEIROS	22/01/2004	20/01/2005
2003	342	Continuidade	ESTRATÉGIAS DE AUTO CUIDADO E ADESÃO AO TRATAMENTO PARA INCENTIVAR A CIDADANIA DE TRAVESTIS	22/01/2004	31/12/2004
2003	345	Continuidade	CONSTRUINDO IGUALDADE EM SAÚDE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	16/06/2004	31/12/2004
2004	616	Transição 2004 - 2005	CONSTRUINDO IGUALDADE EM SAÚDE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	16/03/2005	11/09/2005
2004	617	Transição 2004 - 2005	ESTRATÉGIAS DE AUTO CUIDADO E ADESÃO AO TRATAMENTO PARA INCENTIVAR A CIDADANIA DE TRAVESTIS	16/03/2005	11/09/2005
2004	619	Transição 2004 - 2005	IGUALDADE NA PREVENÇÃO COM CAMINHONEIROS	28/02/2005	26/08/2005
2005	224	Eventos	II ENCONTRO DE TRANSGÊNEROS DA REGIÃO SUL	18/05/2005	14/10/2005
2006	118	Assessoria Jurídica 2006	DIFERENTES SIM, MAS COM DIREITOS IGUAIS	13/03/2006	12/03/2007
2006	372	Evento II 2006	I SEMINÁRIO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PARA TRANSGÊNEROS 2006	24/08/2006	19/02/2007
2008	52	Parada 2008	12ª PARADA LIVRE	28/10/2008	31/12/2008
2008	140	Assessoria Jurídica 2008	DIREITO, RESPEITO DIGNIDADE PARA TODOS	19/12/2008	18/12/2009
2009	69	PARADA 2009	13ª PARADA LIVRE	29/05/2009	24/11/2009

2010	58	Parada 2010	14ª PARADA LIVRE	21/06/2010	21/12/2010
2010	119	Hepatites 2010	HEPATITES VIRAIS, EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO	18/05/2011	30/06/2012
2011	19	Eventos 2011	VIII ENCONTRO REGIONAL SUL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS QUE ATUAM NA PREVENÇÃO DE DST/AIDS	18/05/2011	31/12/2011
2013	8	Processo Licitatório 04/2012 - Redes 2012	RECONSTRUINDO E FORTALECENDO REDES DE DIREITOS HUMANOS A PESSOAS COM HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS.	14/03/2013	22/03/2015

ANEXO 5 – “Formulário de Atendimento da ONG Igualdade RS”.

Formulário de Atendimento da ONG Igualdade RS	
Documento a ser preenchido pela atendida. Caso, não seja possível será redigido pela colaboradora da ONG.	
* Required	
Qual é o seu nome? * Neste campo deve ser informado o nome que você escolheu para ser chamada.	
<input type="text"/>	
Qual é o seu nome de registro? Neste campo deve ser informado o nome que foi registrado no documento de Certidão de Nascimento.	
<input type="text"/>	
Qual é a sua data de nascimento? *	
<input type="text" value="Month"/> <input type="text" value="Day"/> <input type="text" value="2015"/> <input type="text" value="DD"/>	
Qual é a localização de sua residência atual? * Neste campo de ser descrito: a rua, avenida, travessa, beco ou rodovia + número e bairro, que você reside atualmente.	
<input type="text"/>	
Qual é nome da cidade que você reside atualmente? * Neste campo deve ser informado a cidade na qual você possui residência fixa.	
<input type="text"/>	
Qual é estado que você reside atualmente? * Neste campo deve ser escolhido na lista o estado que você tem residência fixa.	
<input type="text"/>	
Qual é o nome da sua mãe? * Por gentileza, preencha o nome completo de sua mãe conforme sua Certidão de Nascimento.	
<input type="text"/>	
Qual é o nome de seu pai? Por gentileza, preencha o nome completo de seu pai conforme sua Certidão de Nascimento.	
<input type="text"/>	

Qual é nome da cidade que você nasceu? *

Por gentileza, preencha o nome da cidade conforme sua Certidão de Nascimento.

Qual é o estado que você nasceu? *

Neste campo deve ser escolhido na lista o estado que você nasceu.

O por que você saiu da sua cidade de nascimento para a atual cidade de moradia?

Esta resposta só deve ser respondida, caso você esteja residindo em uma cidade diferente da cidade de nascimento.

Qual é o(s) seu(s) telefone(s) de contato? *

Por gentileza, digite conforme o exemplo, com o seu respectivo DD: 513333 3333. Caso você possua outro número registre da seguinte forma: 513333 3333/ 514444 4444, etc.

Você poderia nos informar o nome de uma pessoa para deixarmos recado?

Só iremos contatá-lo em último caso. Caso, não consigamos contato com você.

Você poderia nos informar o telefone ou a localização desta pessoa para recado?

Neste campo cite: telefone ou localização da pessoa de contato (como: rua, avenida, travessa, beco ou rodovia + número + bairro + cidade + estado).

Qual é o seu e-mail?

Informamos que este e-mail será utilizado para contatar e informar você sobre novidades da ONG Igualdade RS.

Qual é o número do seu RG?

Lembrando que o número deste documento não será divulgado, servirá somente para fins de cadastro no banco de dados da ONG Igualdade RS.

Qual é o número do seu CPF?

Lembrando que o número deste documento não será divulgado, servirá somente para fins de cadastro no banco de dados da ONG Igualdade RS.

Qual é a cor da sua pele? *

- Amarela
 Branca
 Parda
 Preta
 Indígena

Qual é a sua escolaridade? *

Por gentileza, escolha uma das categorias descritas na lista abaixo.

Qual é a ocupação ou suas ocupações? *

Caso a sua ocupação ou suas ocupações não estejam representadas, por gentileza, a descreva no item "outro".

- Aposentada
 Atendente
 Atriz
 Auxiliar Administrativa
 Auxiliar de Serviços Gerais

Cabelereira
 Caixa de Supermercado
 Coreógrafa
 Costureira
 Cozinheira
 Coordenadora de ONG
 Depiladora
 Detenta do Sistema Carcerário
 Doméstica
 Dona de Casa
 Empresária
 Estilista
 Estudante
 Fotógrafa
 Mãe de Santo
 Maquiadora
 Mecânica de carros
 Pintora de casas
 Professora
 Profissional do Sexo
 Promotora de Eventos
 Servidora Pública
 Técnica de Enfermagem
 Técnica de Informática
 Vendedora
 Sem ocupação
 Other:

Qual é a data que iniciaste o seu atendimento junto a ONG Igualdade RS? *

Qual é a síntese do seu caso? *
Por gentileza, escolha uma ou mais opções que resumam o seu caso.
 Estou dando entrada no processo de retificação do nome civil.
 Estou solicitando auxílio para o direcionamento a uma vaga de emprego.
 Estou solicitando auxílio para o direcionamento de psicólogo do IPA
 Estou solicitando o direcionamento para o Sistema Público de Saúde.
 Estou solicitando apoio político para uma ação.
 Estou solicitando auxílio para resolver algum caso de violência.
 Estou buscando preservativos.
 Estou participando das reuniões realizadas pelo ONG Igualdade RS.
 Participo das oficinas no Presídio Central de Porto Alegre.
 Estou solicitando auxílio para ingressar no Programa de Transtorno de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
 Other:

Qual é a sua identidade de gênero? *
Por gentileza, caso a sua identidade de gênero não esteja representada nos itens abaixo, a descreva no item "Outro".
 Travesti
 Transexual
 Other:

Never submit passwords through Google Forms.